

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JULIO DE MESQUITA FILHO"
FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL

FABIANA ALEXANDRE FERREIRA NICOLINI

**ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA E RENDA DOS CORTADORES
DE CANA DE BARRINHA / SP DIANTE DO CRESCENTE
PROCESSO DE MECANIZAÇÃO DO CORTE**

FRANCA

2007

FABIANA ALEXANDRE FERREIRA NICOLINI

**ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA E RENDA DOS CORTADORES
DE CANA DE BARRINHA / SP DIANTE DO CRESCENTE
PROCESSO DE MECANIZAÇÃO DO CORTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção de título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Trabalho e Sociedade.

Orientador: PROF. DR. UBALDO SILVEIRA.

FRANCA

2007

Nicolini, Fabiana Alexandre Ferreira

Estratégias de sobrevivência e renda dos cortadores de cana de Barrinha/SP diante do crescente processo de mecanização do corte / Fabiana Alexandre Ferreira Nicolini. –Franca: UNESP. 2007.

Dissertação – Mestrado – Serviço Social – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP.

1.Agricultura – Aspectos sociais. 2.Agricultura – Modernização – Brasil. 3.Desemprego. 4.Trabalhadores rurais.

CDD – 333.00981

FABIANA ALEXANDRE FERREIRA NICOLINI

**ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA E RENDA DOS CORTADORES
DE CANA DE BARRINHA / SP DIANTE DO CRESCENTE
PROCESSO DE MECANIZAÇÃO DO CORTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção de título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Trabalho e Sociedade.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Prof. Dr. Ubaldo Silveira – FHDSS/UNESP

1º Examinador(a): _____

Profa. Dra. Helen Barbosa Raiz Engler

2º Examinador(a): _____

Prof. Dr. Sebastião Geraldo

Franca, _____ de _____ de 2007.

Aos meus pais, às minhas filhas, ao meu esposo e demais familiares, ao meu orientador e outros educadores, aos amigos, conhecidos, profissionais, enfim, todos aqueles que em algum momento colaboraram com o conteúdo do meu trabalho, me ajudaram em outras tarefas para que eu pudesse me dedicar à pesquisa, me ouviram e apoiaram nos momentos de dúvidas e angústias, perdoaram os meus atrasos e a minha ausência.

AGRADECIMENTOS

Eu não poderia citar nomes.

Se por um lado, citando nomes poderia omitir alguém, por outro, esta página não caberia o nome de todos aqueles que me apoiaram e por quem eu sinto profunda gratidão, talvez nem duas páginas, nem três...

São os mesmos indivíduos a quem eu dedico este trabalho e então, limito-me a repetir, agora agradecendo:

Eu agradeço aos meus pais, às minhas filhas, ao meu esposo e demais familiares, ao meu orientador e outros educadores, aos amigos, conhecidos, profissionais, enfim, todos aqueles que em algum momento colaboraram com o conteúdo do meu trabalho, me ajudaram em outras tarefas para que eu pudesse me dedicar à pesquisa, me ouviram e apoiaram nos momentos de dúvidas e angústias, perdoaram os meus atrasos e a minha ausência.

“Queria que você visse ontem a porta da prefeitura. Tinha mais de trezentas pessoas querendo falar com o prefeito, a maioria queria remédio, queria emprego, queria comida. Tinha uma pessoa chorando por causa de um botijão de gás”.

Pedro

RESUMO

Este trabalho apresenta algumas constatações sobre a vida e as perspectivas dos trabalhadores rurais ligados ao corte da cana e moradores da cidade de Barrinha, na região de Ribeirão Preto / SP, que nas últimas décadas vivenciam todo o processo de mecanização das lavouras na região, principalmente a recente e crescente mecanização do corte da cana que vem substituindo a mão-de-obra de milhares destes profissionais. O trabalho enfoca as estratégias de sobrevivência e renda dos cortadores de cana do município, compreendidos como exemplo de atores sociais dessa nova postura do setor sucroalcooleiro e que personificam os aspectos históricos e estruturais da questão agrária que remetem ao período da colonização, permitindo que esta discussão seja apreciada sob diversas perspectivas relacionadas entre si, seja a questão agrária, a relação entre rural e urbano, a relação entre a tecnologia e o desemprego, entre outras. A pesquisa também aponta os aspectos econômicos, ambientais e políticos que incentivam este processo de modernização do setor sucroalcooleiro e a aparente ausência de preocupação com a categoria e ações que possibilitem a superação dessa questão social. Além da possibilidade de ampliar a compreensão da realidade social desta categoria de trabalhadores e de uma maior sensibilização acerca da questão da substituição da mão-de-obra pela tecnologia nas lavouras de cana, este estudo oferece subsídios teórico-metodológicos e técnicos que possam viabilizar intervenções na problemática das condições precárias de vida e trabalho identificadas, além do intercâmbio e difusão de informações úteis sobre esta temática que pode abranger outras localidades em nosso país.

Palavras-chave: serviço social – desemprego; cortador de cana; mecanização do corte da cana; Barrinha (SP).

ABSTRACCIÓN

Este trabajo presenta algunas constataciones sobre la vida de las perspectivas de los trabajadores rurales unidos al corte de caña-de-azúcar de la ciudad de Barrinha, en la región de Ribeirao Preto/SP, que en las últimas décadas vivencian todo el proceso de mecanización de las labras en la región, principalmente al reciente y creciente mecanización del corte de la caña que ven sustituyendo la mano-de-obra de millares de estos profesionales. El trabajo enfoca las estrategias de sobre vivencia y la renda de los cortadores de caña de municipio, comprendido como por ejemplo de atores sociales de esa nueva postura del sector sucro alcoholero y que personifican los aspectos históricos y estructurales de la cuestión agraria que remite al período de colonización, permitiendo que esta discusión sea apreciada bajo las diversas perspectivas relacionadas entre si, sea la cuestión agraria, la relación entre rurales y urbanos, la relación entre la tecnología y el desempleo, entre otras. La pesquisa también apunta los aspectos económicos, ambientales y políticos que incentivan este proceso de modernización del sector sucro alcoholero y la aparente ausencia de preocupación con la categoría y acciones que posibiliten la superación de esa cuestión social. Además de la posibilidad de ampliar la comprensión de la realidad social de esta categoría de trabajadores y de una mayor sensibilización acerca de la sustitución de la mano-de-obra por la tecnología en las labras de caña, este estudio ofrece subsidios teórico-metodológicos y técnicos que puedan viabilizar intervenciones en la problemática de las condiciones precarias de la vida y trabajo identificadas, además del intercambio y difusión de informaciones útiles sobre esta temática que puede abarcar otras localidades en nuestro país.

Palabras llaves: Servicio Social – Desempleo; Cortador de Caña; Mecanización del Corte de la Caña; Barrinha (SP).

LISTA DE SIGLAS

BNDES –	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CLT –	Consolidação das Leis do Trabalho
CONTAG –	Confederação dos Trabalhadores da Agricultura
DIRA –	Divisão Regional Agrícola
EPTV –	Emissoras Pioneiras de Televisão
ESALQ –	Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
EUA –	Estados Unidos da América
FERAESP –	Federação dos Assalariados Rurais do Estado de São Paulo
IAA –	Instituto do Açúcar e do Alcool
IBRA –	Instituto Brasileiro da Reforma
IEA –	Instituto de Economia Agrícola
IBGE –	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA –	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
OIT –	Organização Internacional do Trabalho
PIB –	Produto Interno Bruto
PNAD –	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PROÁLCOOL –	Programa Brasileiro de Alcool
SENAC –	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI –	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR –	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SUPRA –	Superintendência da Reforma Agrária
T / HA –	Toneladas por hectare
TRF –	Tribunal Regional Federal
UNICA –	União da Indústria de Cana-de-Açúcar
USP –	Universidade de São Paulo

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Imóveis Rurais no Brasil em 1992	23
GRÁFICO 2 – Empregados na Cultura da Cana-de-Açúcar no Brasil em 2004..	37
GRÁFICO 3 – Trabalhadores Rurais no Setor Sucroalcooleiro entre 1981 e 2004.....	44
GRÁFICO 4 – Cana Colhida por Máquina em 2007.....	46
GRÁFICO 5 – Trabalhadores Volantes	51

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Quantificação das atividades necessárias para o corte manual de 12 toneladas de cana	29
TABELA 2 – Empregados na Cultura da Cana-de-Açúcar no Brasil em 2004....	36
TABELA 3 – Índices Reais de Preços de Salários, Cana, Açúcar e Alcool no Estado de São Paulo, 1976-97	47
TABELA 4 – Representatividade Econômica do Setor Sucroalcooleiro	58

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – Mapa de ocupação do solo paulista com cana-de-açúcar e a textura da camada arável.....	34
MAPA 2 – Qualificação do ambiente de produção para áreas de expansão da cultura da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo	35
MAPA 3 – A cidade de Barrinha na região de Ribeirão Preto	52

LISTA DE PINTURAS

PINTURA 1 – Engenho de açúcar - nordeste (século XVII).....	38
PINTURA 2 – Transporte da cana para a casa da moenda de um engenho.....	40
PINTURA 3 – Carregamento manual de cana	41
PINTURA 4 – Corte manual de cana	42

LISTA DE FOTOS

FOTO 1 – Caminhão para transporte de cana.....	40
FOTO 2 – Carregadeira de cana.....	41
FOTO 3 – Colheitadeira de cana-de-açúcar	42
FOTO 4 – Lei estabelece fim das queimadas de cana	45
FOTO 5 – Vista aérea da cidade de Barrinha	56
FOTO 6 – Trabalhadores da construção civil realizam mobilização por falta de pagamento por serviços de reforma no hospital de Barrinha.....	65
FOTO 7– Depósito de lixo em Barrinha ao lado da vicinal Said Ahmed Saleh..	70

LISTA DE DESENHO

DESENHO 1 – Brasão de Armas do Município de Barrinha	54
---	-----------

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
 CAPÍTULO 1	
A QUESTÃO AGRÁRIA A PARTIR DO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA EM MEADOS DO SÉCULO PASSADO	21
1.1 Trabalhadores rurais ligados ao cultivo e corte da cana.....	27
<i>1.1.1 Características residuais e contemporâneas da profissão</i>	<i>28</i>
 CAPÍTULO 2	
AMBIENTE MACRO E MICRO ECONÔMICO	33
2.1 O setor sucroalcooleiro e a mecanização nas lavouras de cana.....	36
<i>2.1.1 A cultura da cana-de-açúcar no Brasil</i>	<i>37</i>
<i>2.1.2 A modernização das lavouras de cana-de-açúcar</i>	<i>39</i>
2.2 A região de Ribeirão Preto e a cidade de Barrinha – SP.....	49
<i>2.2.1 A região de Ribeirão Preto</i>	<i>49</i>
<i>2.2.2 A cidade de Barrinha</i>	<i>51</i>
 CAPÍTULO 3	
DISCURSOS E HISTÓRIAS DE VIDA.....	60
3.1 Práticas cotidianas.....	61
3.2 Estratégias de sobrevivência e renda	64
3.3 Consequências.....	75
3.4 Percepções	80
<i>3.4.1 Sentimento de ser ignorado</i>	<i>80</i>
<i>3.4.2 Sentimento de ser humilhado</i>	<i>80</i>
<i>3.4.3 Sentimento de ser preterido</i>	<i>81</i>
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
 REFERÊNCIAS.....	88

APÊNDICES

APÊNDICE A - SUJEITOS ENTREVISTADOS	96
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO.....	97

ANEXOS

ANEXO A - A CIDADE DE BARRINHA SP.....	99
ANEXO B - LEI ESTADUAL Nº 11.241, DE 19 DE SETEMBRO DE 2002	108

O tema deste trabalho pode ser apreciado sob diversas perspectivas que estão relacionadas entre si, seja a questão agrária, a relação entre o rural e o urbano, a relação entre os avanços da tecnologia e o desemprego, as conseqüências de medidas de proteção ao meio ambiente, entre outras.

Todas essas perspectivas inserem-se na discussão em torno das conseqüências do desenvolvimento econômico e tecnológico, aliadas aos incentivos e leis de preservação ambiental, cuja concretização nas lavouras de cana tem resultado na progressiva substituição da mão-de-obra do trabalhador rural pela máquina em todo o Brasil e, inclusive, na região de Ribeirão Preto / SP, onde o processo de mecanização nos canaviais está mais avançado.

A constatação desta realidade aliada ao convívio e a preocupação com os indivíduos ligados à profissão foram os motivos que nos levaram a pesquisar as estratégias de sobrevivência e renda dos trabalhadores rurais da cidade de Barrinha – há 40 km de Ribeirão Preto. Entendemos que estes indivíduos podem ser compreendidos como atores sociais dessa nova postura econômica e ambiental do setor sucroalcooleiro, além de personificarem os aspectos históricos e estruturais da questão agrária que remetem ao período da colonização.

Com o principal objetivo descrito acima e que tornamos a mencionar, que é identificar as estratégias de sobrevivência e renda utilizadas pelos trabalhadores rurais da cidade de Barrinha, bem como investigar suas aspirações, perspectivas e reais necessidades, relacionando as estratégias utilizadas e propondo outras, privilegiando àquelas que envolvem uma participação responsável de toda a sociedade é que este trabalho baseia-se no método de *estudo de caso* de caráter *exploratório*, já que temos a intenção de conceber “idéias que sejam úteis, críticas e norteadoras de novas atitudes em relação ao mundo” (DINIZ, 1999, p. 50).

Apoiados em referências teóricas¹ e no conhecimento do processo histórico da categoria, este *estudo de caso* envolveu a realização de uma análise da trajetória pessoal de alguns cortadores de cana de Barrinha e de outros atores sociais envolvidos no processo, conscientes de que este método de pesquisa é utilizado “quando se deseja analisar situações concretas, nas suas particularidades” sendo seu uso “adequado para investigar tanto a vida de uma pessoa quanto a existência

¹ Para a realização deste estudo, além da pesquisa bibliográfica com livros e artigos de autores clássicos, também tomamos como referência textos publicados em jornais, revistas e na *Internet*, dada a nossa intenção de compilar dados, os mais atualizados possíveis.

de uma entidade de ação coletiva, nos seus aspectos sociais e culturais” (DINIZ, 1999, p. 46).

Com relação à amostragem, considerando que a cidade de Barrinha chega a acolher concomitantemente milhares de trabalhadores rurais para o corte da cana para usinas da região e que seria difícil obter informações de todos os membros, adotamos a concepção de *sujeito coletivo*, citada por MARTINELLI (1999, p. 24), realizando um número finito de entrevistas², onde os indivíduos abordados tinham uma referência grupal e expressaram de forma típica o conjunto de vivências de seu grupo, acreditando que “o importante, nesse contexto, não é o número de pessoas que vai prestar a informação, mas o significado que esses sujeitos têm, em função do que estamos buscando com a pesquisa” (MARTINELLI, 1999, p. 24).

Como recurso instrumental, utilizamos um gravador digital que nos permitiu registrar os depoimentos na íntegra para depois transcrevê-los, sendo que para uma melhor interpretação da fala, excluímos vícios de repetição³ e transcrevemos corretamente ampliadas as palavras pronunciadas de forma abreviada⁴, mas sem alterar o conteúdo dos depoimentos.

Para estabelecer os eixos de análise, trabalhamos três pontos que julgamos essenciais para a construção do conhecimento proposto: a questão agrária, o ambiente macro e micro econômico e os discursos e histórias de vida.

No primeiro eixo fizemos um breve relato da questão agrária no país, enfatizando o processo de modernização da agricultura ocorrido em meados do século passado. Neste capítulo relatamos a mobilidade forçada do trabalhador rural do campo para as cidades e questionamos a modernidade do trabalho assalariado. Também tratamos sobre a predominância do setor sucroalcooleiro na agricultura do estado de São Paulo e, principalmente na região de Ribeirão Preto, bem como sua importância econômica para estas regiões onde pudemos abordar o trabalho manual nas lavouras de cana-de-açúcar – uma atividade em extinção – que, por um lado revela-se um modo de trabalho arcaico e por outro, uma atividade que emprega milhares de pessoas em todo o país.

² A relação dos sujeitos entrevistados com o apontamento de algumas características de seus perfis encontra-se na sessão de Apêndices. Para preservar a identidade dos sujeitos e seus respectivos empregadores, o nome real destes indivíduos e das empresas foi substituído por nomes fictícios em todo o trabalho. Também se encontra nesta sessão, o modelo do “Termo de Consentimento” onde o entrevistado confirma ciência quantos aos objetivos do depoimento e nosso compromisso de preservação de identidade.

³ “Né”, então, entre outras.

⁴ Substituímos “tô” por estou, “tá” por está, entre outras.

No segundo eixo, analisamos o ambiente macro e micro econômico em que se efetiva nossa preocupação de pesquisa: as estratégias de sobrevivência e renda dos cortadores de cana da cidade de Barrinha, na região de Ribeirão Preto – SP. Neste capítulo fazemos um breve relato histórico do setor sucroalcooleiro no país, seus principais momentos e a repercussão que cada fase provocou nos atores sociais direta e indiretamente envolvidos. Foi a oportunidade de explicarmos como vem ocorrendo todo o processo de modernização nas lavouras de cana, bem como seus motivos e implicações legais, econômicos e sociais. Apresentamos alguns dados sobre a região de Ribeirão Preto que comprovam sua evidência e importância dentro do setor sucroalcooleiro e tecemos alguns comentários sobre a popular expressão “Califórnia Brasileira” atribuída à região e que envolve controvérsias.

Por fim, retratamos a cidade de Barrinha, alvo de nossa pesquisa, relacionando suas principais características e também a de seus habitantes, apresentando situações e contradições que juntas formam uma espécie de referencial histórico da realidade vivenciada por seus moradores.

No terceiro eixo analisamos discursos e histórias de vida obtidos nas entrevistas realizadas com os cortadores de cana e outros atores sociais da questão em estudo. Nesta parte buscamos não nos limitar à leitura das transcrições, mas também interpretar as palavras não ditas, os gestos, os olhares, as condições e as práticas cotidianas durante as conversas e a convivência com os cortadores de cana da cidade. À luz da bibliografia estudada, esta interpretação permitiu identificar aspectos de suas representações sociais, de seu cotidiano, perspectivas, esperanças e frustrações, estratégias de sobrevivência e renda, dados relevantes para as finalidades e as questões desta pesquisa.

Finalmente, após analisarmos todos os eixos, elaboramos um relatório conclusivo do trabalho. Aqui, fatos, deduções e propostas não tiveram a pretensão de concluir a discussão sobre a questão, mas sim, apontar possíveis caminhos, proporcionando reflexões que provoquem o interesse de toda a sociedade nessa mesma busca por soluções.

CAPÍTULO 1

A QUESTÃO AGRÁRIA A PARTIR DO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA EM MEADOS DO SÉCULO PASSADO

Dois temas pendentes da história brasileira continuam fortemente presentes em nossas preocupações sociais e políticas: “O tema da escravidão e seu residual, o da posse da terra. São temas inter-relacionados, relativos às duas grandes questões nacionais”: a questão do trabalho livre e a questão agrária. (MARTINS, J. S., 2004, p. 11). Ainda, segundo o autor, o camponês não é uma figura do passado, mas uma figura do presente da história capitalista do país (MARTINS, J. S., 1981).

Assalariado e também urbano, o trabalhador rural geralmente é ou descende de antigos agricultores, expulsos de suas pequenas propriedades rurais pelo processo de modernização da agricultura que, segundo Oliveira (2001, p. 186) não agiu no sentido de transformar os latifundiários em empresários capitalistas, mas, ao contrário, “transformou os capitalistas industriais e urbanos [...] em proprietários de terra, em latifundiários”. O autor menciona que a política de incentivos fiscais foram os instrumentos de política econômica que viabilizaram esta fusão, transformando os capitalistas urbanos nos maiores proprietários de terra do país “possuindo áreas com dimensões nunca registradas na história da humanidade” e aponta dados divulgados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), referentes a 1992, que mostram a existência de que 3.114.898 imóveis rurais no Brasil sendo que 43.956 (2,4%) deles, com área acima de mil hectares, ocupando 165.756.665 hectares. Enquanto isso, outros 2.628.819 imóveis (84,4%) apresentavam área inferior a 100 hectares, ocupando apenas 59.283.651 hectares (17,9%), dados representados no GRÁFICO 1.

Oliveira (2001) afirma que alguns estudos realizados revelam que se o INCRA aplicasse na totalidade os preceitos da Lei 8.624, que define o que é terra produtiva e improdutiva no país, teríamos algo em torno de 115.054.000 hectares (20% da área total) como propriedades improdutivas, dados que revelam a contradição representada pela propriedade privada da terra no Brasil, retida para fins não-produtivos.

Mas os conflitos sociais no campo brasileiro começaram bem antes, eles estiveram presentes nos períodos de desenvolvimento e no processo de ocupação do país. De acordo com Oliveira (2001, p. 190) “os povos indígenas foram os primeiros a conhecer este processo”, sendo que há mais de 500 anos, convivem com conquistas e destruições de seus territórios.

Depois foram os escravos contra os senhores fazendeiros seguidos pelos posseiros, outra parcela dos camponeses, que historicamente lutam pela terra e pela

liberdade no campo brasileiro, sendo responsáveis por grandes movimentos sociais como Canudos, Contestado, Revoltas de Trombas e Formoso.

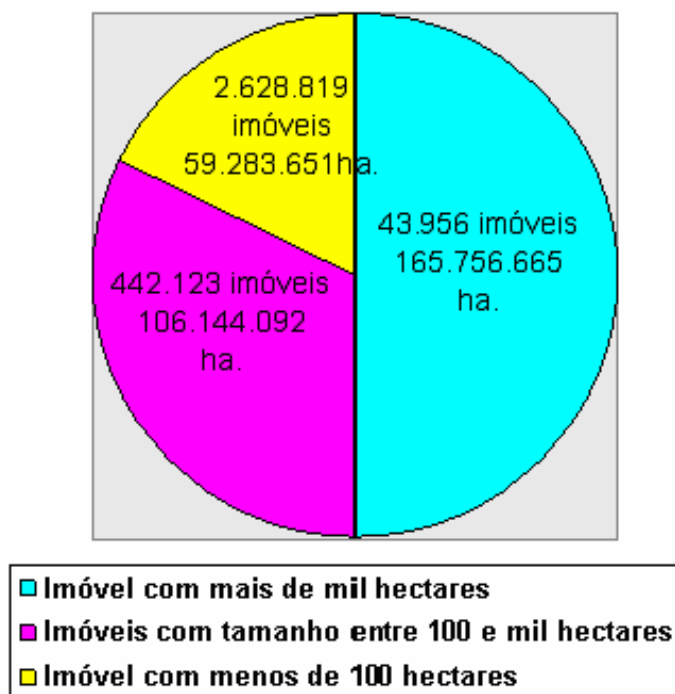


GRÁFICO 1 – Imóveis Rurais no Brasil em 1992
Fonte: OLIVEIRA, 2001, p. 186.

Já nas décadas de 50 e 60 do século passado vimos as Ligas Camponesas agitarem o campo nordestino e ganharem projeção nacional. Constituíram um movimento político organizado por trabalhadores rurais, entre 1955 e 1964, iniciado no estado de Pernambuco, mas especificamente, no engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, uma propriedade de quinhentos hectares que congregava cerca de 140 famílias em regime de foro (pagavam ao proprietário da terra uma quantidade fixa, em espécie, em troca do direito de cultivá-la). Setores conservadores, imprensa e Assembléia denominaram o movimento de "liga", temerosos de que fosse uma reedição de outras ligas ocorridas recentemente por influência do Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB).

Foi nesta época que o governo de João Goulart criou a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e a Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA) que, segundo Oliveira (2001, p. 190), foram extintas pelo governo militar instituído logo em seguida, cedendo lugar ao Instituto Brasileiro da Reforma Agrária

(IBRA), sendo que “Reforma Agrária, nunca fizeram, mesmo depois de promulgarem o Estatuto da Terra, em novembro de 1964”.

Foi também então neste período, na segunda metade do século passado, que o espaço agrário nacional vivenciou novas e profundas modificações desencadeadas pelo processo de industrialização ou modernização da agricultura.

O ano de 1963 passou a ser um marco fundamental da penetração sistemática das formas de produção capitalista na agricultura sob o amparo estatal [...]. Mas o que houve foi a manutenção do sistema latifundiário e sua modernização dolorosa, sem modernidade. Sem dúvida, não melhorou a qualidade de vida do trabalhador rural, ao contrário, piorou. (SILVEIRA, 2003, p.14).

Esta modernização da agricultura brasileira se manifestou em diferente ordem e intensidade em todo o território brasileiro. Foi um processo diferenciado e excludente que, ao invés de homogeneizar o espaço econômico, aprofundou as desigualdades existentes. A dinâmica agrária modernizadora na medida em que contribuiu para acentuar os desníveis tecnológicos existentes entre os grandes e pequenos estabelecimentos, agiu no sentido de deteriorar ainda mais a distribuição de renda no setor agropecuário. Foi uma modernização que privilegiou mais às elites que ao povo.

As medidas de política econômica adotadas após a instalação do governo militar favoreceram a subordinação da atividade agrícola às exigências da reprodução e acumulação do capital, destacando-se aquelas voltadas para a consolidação do complexo agro-industrial e a criação de um sistema nacional de crédito rural. Neste período, a intensificação do processo de urbanização ampliou significativamente a demanda pelos produtos agrícolas.

Contudo, se de um lado essa modernização levada a efeito foi responsável por uma grande expansão da produção de determinadas culturas industriais e de exportação, tais como a pecuária, a soja e a cana-de-açúcar, por outro, ela trouxe em seu bojo uma série de complicadores de ordem sócio-econômica como a desapropriação dos pequenos produtores e sua transformação em assalariados; a contração da área cultivada com culturas alimentares; a aceleração do processo de concentração da propriedade da terra; a acentuação de diferenças na distribuição da renda no setor agropecuário; a inconsciente utilização de fertilizantes e defensivos

agrícolas, que comprometeu a fertilidade dos solos e provocou desequilíbrio nos ecossistemas existentes, efeitos nocivos à saúde dos trabalhadores e consumidores, além da intensificação da sazonalidade da demanda de trabalho na atividade agrícola.

A conjunção de fatores como a necessidade de terras para o cultivo, a redução da demanda de mão-de-obra nas fases do plantio e dos tratos culturais e a regulamentação das relações de trabalho pelos Estatutos da Terra e do Trabalhador Rural⁵ também contribuíram para a extinção progressiva do sistema de morada e a sua substituição pelo trabalho assalariado, sobretudo, pelo temporário.

As metas estabelecidas pelo Estatuto da Terra compreendiam basicamente a execução de uma reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura. Ao longo dos anos, pudemos constatar que, por inúmeros motivos, a primeira meta não foi desenvolvida. Já a segunda, referente ao desenvolvimento da agricultura acabou propiciando a expropriação do pequeno agricultor quando sua pequena propriedade rural era incorporada pelas médias e grandes, uma trajetória que se deu de forma violenta. À expropriação seguiu-se da expulsão do trabalhador das propriedades rurais.

Além da dissimulação da violência, da legitimação do processo de expropriação, essas leis produziram uma outra forma de coerção, interna, atuante contra a vontade subjetiva, por intermédio da introjeção da situação imposta. (SILVA, M. A. M., 1999, p. 59).

Tem-se, assim, uma mobilidade forçada da força-de-trabalho que se deslocou para as periferias urbanas. Expulsos do campo, tais trabalhadores continuaram atrelados à atividade agrícola na condição de assalariados temporários. Até os dias atuais, as casas em que residem, não correspondem às suas necessidades individuais ou coletivas, não oferecem um espaço de sociabilidade e conforto e em muitos casos, a inexistência de saneamento básico favorece as doenças de

⁵ Aprovado em março de 1963, o Estatuto do Trabalhador Rural regulava as relações de trabalho no campo, que até então ficavam às margens da legislação trabalhista. Já o Estatuto da Terra foi criado em 1964, período em que acabava de ser instalado no país o regime militar. O texto deste estatuto constituiu-se na primeira proposta articulada de reforma agrária, feita por um governo brasileiro, sendo que sua criação teve ligação com o clima de insatisfação predominante no meio rural brasileiro e ao temor do novo governo e da elite conservadora de uma revolução camponesa. Foi uma estratégia utilizada para apaziguar os camponeses e tranquilizar os grandes proprietários de terra.

transmissão hídrica⁶, suas casas têm poucos quartos, os parentes costumam morar junto e há muitas crianças. José, no depoimento a seguir, relata esta vivência:

Moro em casa própria. Tem quatro cômodos. Moramos em sete pessoas. Minha esposa, dois filhos meus e três dela. Só eu trabalho (José).

Mas as pessoas continuam vindo para cá e às vezes elas alugam uma casa e colocam tios, primos, todo mundo que vem junto com eles e aí acaba virando um alojamento (Marcos).

Ao extinguir o acesso a terra e em consequência a produção de subsistência, a sobrevivência do trabalhador e de sua família passou a depender exclusivamente do salário ganho e aí se tem uma idéia de quanto difícil é garantir o sustento familiar. Os salários percebidos, além de baixos são também irregulares, isto é, para a grande maioria, não há um contrato de trabalho permanente, como relata João:

Todo mundo é contrato. Quando acaba a safra, lá pelo dia 15 ou 20 de novembro, nós somos dispensados e só lá pra fevereiro que começa a aparecer serviço, que a gente vai conseguir trabalhar no plantio de cana (João).

A maioria tem pouco estudo e não aprendeu a fazer outra coisa além de trabalhar na lavoura. Diante das novas condições, o trabalhador rural rompe com o tempo natural e passa a ser regido pelo tempo do capital ou, pelo tempo que é valor. Maria Aparecida Silva (1999) esclarece alguns aspectos dessa mudança para os trabalhadores que encontraram na migração e corte da cana no estado de São Paulo, um meio de sobrevivência:

O tempo cíclico marcado pelos momentos de plantar e colher e definidor do tempo de trabalho foi substituído pelo tempo linear, capitalista das usinas e fazendas do Estado de São Paulo. O tempo, agora, é compreendido pelo tempo de migração forçada, especialmente a temporária, mediante a permanência nas fazendas e usinas durante quase 9 meses ao ano. A vida passa a existir em dois espaços-tempos, definida pela presença-ausência (MARTINS, 1988a; FERREIRA, 1995; SILVA, 1991b apud SILVA, M. A. M., 1999, p. 58).

⁶ Doenças transmitidas direta ou indiretamente pela água de má qualidade, comuns em áreas onde inexistente saneamento básico. A quantidade insuficiente de água também pode causar problemas.

Ao analisar a agroindústria açucareira, Ianni (1984 apud ALESSI; NAVARRO, 1997, p. 113), afirma que, na agricultura, processa-se a exploração combinada de mais-valia absoluta com mais-valia relativa. Assim, Alessi e Navarro (1997) concluem que sob o amparo das relações capitalistas de produção, o trabalho no campo passa a ser marcado pela extensão da jornada de trabalho, pela intensificação do seu ritmo, pelo pagamento por produção, pelo decréscimo real do valor dos salários e também pelo descumprimento de direitos trabalhistas. Para eles, a expansão do capitalismo na agricultura que provocou migrações expressivas do campo para a cidade, alterou os padrões de morbi-mortalidade⁷ da população do país e as repercussões dessas transformações nas condições de existência social dos trabalhadores rurais, particularmente nas condições de saúde, foram extremamente graves.

Às suas condições de saúde já debilitadas crescem-se novos padrões de desgaste que se traduzem em envelhecimento precoce, morte prematura, doenças cardiovasculares, degenerativas, mentais, entre outras (POSSAS, 1989; BARRETO; CARMO, 1994 apud ALESSI; NAVARRO, 1997, p. 114).

Representando a face moderna da luta pela terra, vemos no início da década de 1980 o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, representando um aumento da pressão social pelos camponeses em sua luta pela terra através da ocupação de terras consideradas improdutivas.

1.1 Trabalhadores rurais ligados ao cultivo e corte da cana

Há três décadas, Ianni (1976, p. 48) deduzia que o bóia-fria era, provavelmente, “o trabalhador mais característico das relações de produção imperantes na agroindústria açucareira”. Pela representatividade da categoria na época, concordamos com o autor. Porém, ao fazer a mesma análise na atualidade, podemos afirmar que esse panorama mudou. Ao contrário daquele momento, hoje, segundo -frias pelo fato de que, apesar representantes do setor sucroalcooleiro, as novas usinas já nem contam com a mão-de-obra desse trabalhador.

⁷ Impacto das doenças e dos óbitos que incidem em uma população.

1.1.1 Características residuais e contemporâneas da profissão

Os trabalhadores rurais ligados ao cultivo e corte da cana também são conhecidos como bóias-frias pelo fato de que, apesar de algumas usinas já fornecerem marmitas térmicas, o alimento que consomem em suas refeições no trabalho estar frio, já que foi preparado e trazido de casa, horas antes de iniciar suas atividades na lavoura. Outras denominações para estes profissionais são temporários, volantes, safristas, baianos e proletários rurais, sendo que “eles têm de se esforçar cada vez mais para manter seus empregos e não ser devorados pela tecnologia” (TOLEDO, 2005, p. 1).

Toledo (2005) está se referindo aos cortadores de cana da região de Ribeirão Preto, estimados em 40 mil trabalhadores que assistem aos aumentos anuais de área plantada junto com a crescente mecanização, justificando que, por esse motivo, os canavieiros⁸ se sentem pressionados a trabalhar cada vez mais para manter seus empregos, enquanto vivem em condições de alimentação insuficientes: uma situação que se estende por todo o país.

Ianni, em 1976, já dava indicações dessa realidade, sendo que hoje, o cortador de cana também convive com a mecanização do corte, que não existia na época:

A lavoura da cana vem há tempos dispensando o trabalho do homem, antes exigido em todas as suas etapas. Hoje, o preparo do solo já é totalmente mecanizado; o plantio, parcialmente mecanizado, o mesmo acontecendo com a adubação; a carpa do terreno, que era manual, praticamente já não existe, com a aplicação mecanizada de herbicidas logo após o plantio (IANNI, 1976, p. 49).

Toledo (2005) aponta que na década de 90, essa região produzia 65 milhões de toneladas de cana, chegando a 90 milhões na safra de 2004, chamando a atenção para o fato de que, no mesmo período, os cortadores de cana passaram a cortar, em média, 12 toneladas diárias de cana, contra oito toneladas colhidas na década de 80. Esta quantidade também foi apontada por Francisco Alves (2006,

⁸ De acordo com a classificação de ocupações do Ministério do Trabalho e do Emprego, “canavieiro” é uma das denominações para a ocupação de “agricultor na produção da cana-de-açúcar”. Entre outras atividades, a ocupação envolve plantar e colher cana-de-açúcar, condicionar e fertilizar o solo, manejar plantas invasoras, pragas e doenças. Aqui, usamos esta denominação para nos referir ao trabalhador rural assalariado, que atua no corte da cana.

p. 96) quando afirmou que, para manter seu emprego e garantir o sustento, já que o ganho geralmente se dá por tarefa realizada, o trabalhador precisa cortar diariamente cerca de 12 toneladas de cana e relaciona o esforço físico necessário para atingir esta meta, demonstrado na TABELA 1.

TABELA 1 – Quantificação das atividades necessárias para o corte manual de 12 toneladas de cana.

ATIVIDADE	QUANTIDADE
Caminhar	8.800 metros
Despender	366.300 golpes de podão ⁹
Carregar	12 toneladas de cana em montes de 15 k em média cada ¹⁰
Fazer	36.630 flexões de perna para golpear a cana
Perder	8 litros de água por dia

Fonte: ALVES, 2006, p. 96.

Alessi e Navarro (1997) apontam outras peculiaridades da atividade:

O corte na base da cana, que consiste na retirada da cana das touceiras, exige do trabalhador uma seqüência ritmada de movimentos corporais. Em geral, com um dos braços, o trabalhador abraça o maior número possível de colmos de cana. Em seguida, curva-se para frente e, com o podão seguro por uma de suas mãos, golpeia, com um ou mais movimentos a base dos colmos, o mais próximo possível do solo. Em seguida, faz um movimento de rotação e, ao mesmo tempo, levanta o feixe de cana já cortada, depositando-o em montes atrás de si (denominados “bandeiras”). O espaço entre uma “bandeira” e outra é de 2 metros. (ALESSI; NAVARRO, 1997, p. 117, destaque das autoras).

Os autores acrescentam ainda que o trabalho envolve a exposição do trabalhador a todo tipo de intempéries, como a poeira e à fuligem da cana queimada que impregnam seu rosto, suas mãos e suas roupas, o risco de acidentes com animais peçonhentos, intoxicações por agrotóxicos, entre outros. Relatam que o

⁹ Instrumento usado para o corte manual da cana

¹⁰ Para alcançar o total de 12 toneladas, em montes de 15 kg, o trabalhador precisa fazer 800 trajetos que variam 1,5 a 3 metros, carregando estes montes (ALVES, Francisco, 2006, p. 96).

trabalhador pode encontrar temperaturas elevadas ao chegar ainda cedo no canavial, pois a queima da cana geralmente ocorre antes do corte, aquecendo a terra e, algumas vezes, conservando esse calor até o início da jornada, um calor que se intensifica no decorrer do dia pela ação solar, lembrando que, no caso da região de Ribeirão Preto, a temperatura em épocas de safra pode atingir os 40°C.

Considerando aspectos da saúde desse trabalhador, Alessi e Navarro (1997, p. 117) concluíram em sua pesquisa que ao longo de sua jornada, o cortador de cana preocupa-se em repor as energias ao seu organismo com água, café e também chupando cana. “A prática de chupar cana se, por um lado, repõe a água e sais minerais perdidos pelo organismo, por outro, costuma provocar diarreias, devido ao seu alto teor de sacarose”.

Com referência às relações contratuais, na região de Ribeirão Preto ocorrem basicamente dois tipos de contrato, o estabelecido diretamente entre o trabalhador e a usina – ou destilaria – e o intermediado por empreiteiros de mão-de-obra – os antigos “gatos”, que hoje se estabeleceram juridicamente, na forma de empresas prestadoras de serviços de trabalhos temporários.

Uma outra característica marcante da atividade é a sazonalidade. Ianni em 1976 já relatava uma realidade vivenciada até os dias atuais: “devido às condições sazonais em que se desenvolve o processo produtivo na agroindústria açucareira, a força-de-trabalho não é empregada de forma permanente nas usinas e canaviais”, explicando que nesse setor, “a demanda de força de trabalho é razoavelmente elástica” (IANNI, 1976, p. 48) e concluindo que:

Quanto mais se desenvolvem essas relações de produção, em termos de tecnologia, divisão social do trabalho, formalização das condições de oferta e demanda de trabalhadores, extensão da legislação trabalhista e previdenciária no campo etc., quanto mais se desenvolvem essas relações, mais se exige que a oferta e a demanda de força de trabalho seja elástica (IANNI, 1976, p. 48).

O autor também descreve as atividades no canavial, nos períodos de entressafra e de safra:

Preparo da terra para plantio, plantio, carpa, conservação dos caminhos, abertura ou limpeza de valas, córregos, riachos, rios, limpeza e conservação de pátios e quintais. Na safra, no entanto, todos são

chamados para as fainas da queima das folhagens dos canaviais, o corte da cana, carregamento da cana cortada e seu transporte para as esteiras da usina. Nesta época, na safra, aumenta bastante a demanda de força de trabalho no canavial (IANNI, 1976, p. 48).

Acrescentando informações, Balsadi (2007), compara trabalhadores rurais e urbanos, temporários e permanentes em seu estudo sobre o mercado de trabalho assalariado na cultura da cana-de-açúcar no Brasil entre 1992 e 2004. O autor constatou que para os empregados permanentes urbanos, o progresso foi muito influenciado pelo desempenho dos indicadores de formalidade e de rendimento. Na questão da formalidade, chama a atenção o elevadíssimo percentual de empregados com carteira assinada e com contribuição previdenciária: 93,0% e 93,4%, respectivamente, em 2004.

Para ele, a cultura da cana-de-açúcar é uma das atividades da agricultura brasileira com maior nível de formalidade do emprego, seja empregado permanente ou temporário, urbano ou rural. Quanto aos empregados que recebiam mais de um salário mínimo, houve um aumento de 57,6% em 1992, para 69,6% em 2004, sendo que o rendimento médio mensal também aumentou 14,8%.

O autor também destaca os auxílios recebidos. Ele observou um aumento de participação nos auxílios alimentação, transporte e saúde e, mesmo com um progresso menor, pode-se notar que melhorou o nível educacional dos empregados, principalmente dos alfabetizados e dos com oito anos ou mais de estudo.

Balsadi (2007) conclui que os avanços observados para os temporários rurais foram muito influenciados pelo progresso verificado no grau de formalidade do emprego, que reduziu a utilização do trabalho infantil, aumentou o número de empregados com carteira assinada e o número de contribuintes para a Previdência Social.

Para encerrar este capítulo transcrevemos as palavras de Alessi e Navarro (1997 p. 116): “É impossível negar o quanto o trabalho do cortador de cana é árduo”, sendo que aqui, entendemos o adjetivo “árduo” como algo que transcende a referência ao esforço físico que a atividade exige. A palavra representa também todas as agruras desta categoria que convive com pouca remuneração pelos seus serviços, com a insegurança diante da ameaça do desemprego, com a peculiaridade de demanda sazonal, com a situação de marginalidade.

No capítulo a seguir, analisamos o ambiente macro e micro econômico em que se efetiva esta pesquisa, apresentamos alguns dados sobre a região de Ribeirão Preto e a cidade de Barrinha, fazemos um breve relato histórico do setor sucroalcooleiro no país, seus principais momentos e a repercussão que cada fase provocou na categoria de cortadores de cana, além de relatar a forma como vem ocorrendo todo o processo de modernização nas lavouras de cana, seus motivos, implicações legais, econômicos e sociais.

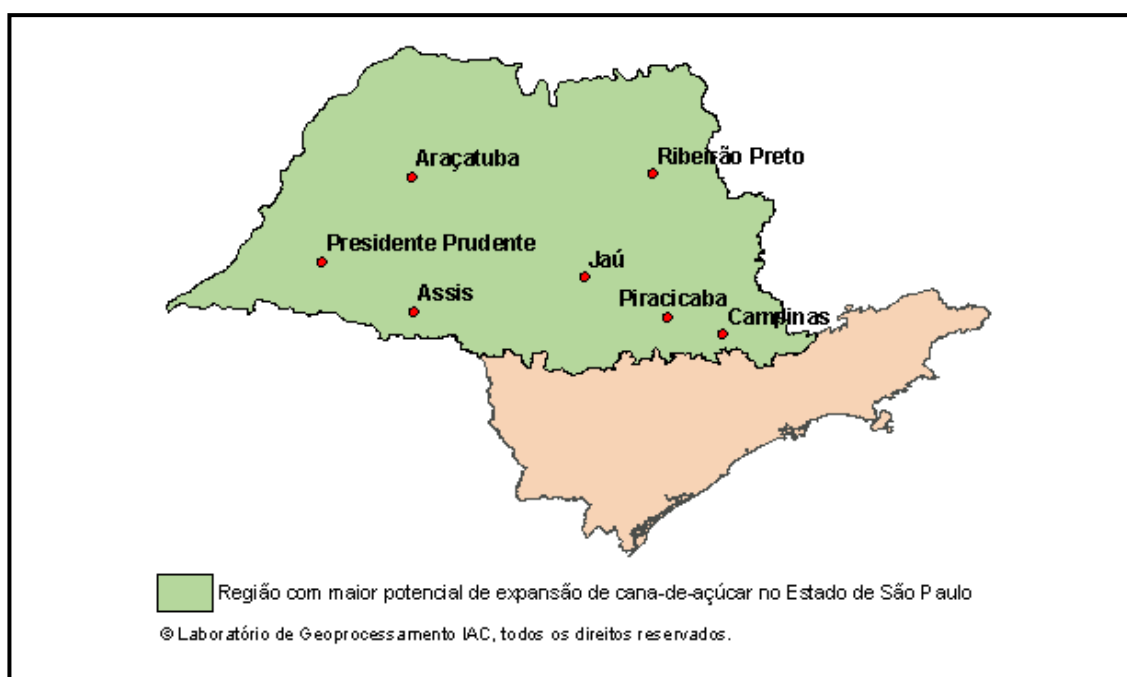
CAPÍTULO 2

AMBIENTE MACRO E MICRO ECONÔMICO

O Brasil é o maior produtor mundial de cana-de-açúcar e esta cultura é uma das que mais gera riqueza no País. O setor sucroalcooleiro é responsável pela movimentação de aproximadamente “R\$ 40 bilhões por ano, o equivalente a 2,35% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional” (AZEVEDO, 2006, apud RAMÃO; SCHNEIDER; SHIKIDA, 2007, p. 110).

Veiga Filho ([2007], on-line) confirma esta representatividade do setor, justificando sua importância para a economia agrícola brasileira, principalmente para o estado de São Paulo, onde seus movimentos causam impactos de significância na geração de renda bruta, no emprego rural e no nível tecnológico:

O Brasil é o maior produtor mundial de cana-de-açúcar com 27% da produção e 25% da área colhida, sendo também o maior produtor de açúcar centrífugo, produzindo 13,0 milhões de toneladas em 1995/96, cerca de 11% da produção mundial, além de ser o maior exportador, colocando no mercado externo 5,0 milhões de toneladas de açúcar (SUGAR AND SWEETENER, 1996 apud VEIGA FILHO, [2007], on-line).



MAPA 1 – Mapa de ocupação do solo paulista com cana-de-açúcar e a textura da camada arável.

Fonte: PRADO, 2007, on-line.

Neste estado, a cana-de-açúcar é a atividade mais importante na demanda pela força de trabalho da agricultura, sendo que em 1993 ocupava 40,6% do total e em 1996, quase 50% (MAPAS 1 e 2).



MAPA 2 – Qualificação do ambiente de produção para áreas de expansão da cultura da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo.

Fonte: BRUNINI, 2007, on-line.

De acordo com Veiga Filho ([2007], on-line), da área colhida no Brasil no início da década passada – cerca de 4,4 milhões de hectares, metade estava localizada no Estado de São Paulo que produziu 59% da cana-de-açúcar, uma produtividade física de 80t/ha – a mais alta do país. Assim, o autor chama a atenção para a grande dependência na geração de emprego focada nas condições de desenvolvimento de praticamente uma atividade que:

Além das influências das condições gerais da economia – derivadas do processo de desregulamentação a que está submetida – e do mercado externo, passa por um aprofundamento em seu processo de transformação tecnológica, com reflexos reducionistas na utilização de mão-de-obra (VEIGA FILHO, [2007], on-line).

A cana-de-açúcar é cultivada em todo o estado de São Paulo, contudo, ocorre uma preponderância na Divisão Regional Agrícola (DIRA) de Campinas e de Ribeirão Preto, que juntas são responsáveis por 60% da área total e da produção total.

2.1 O setor sucroalcooleiro e a mecanização nas lavouras de cana

Segundo Balsadi (2007), a cultura da cana-de-açúcar é a terceira mais importante na agricultura brasileira em termos de área colhida, ficando atrás somente da soja e do milho. Ramão, Schneider e Shikida (2007, p. 111) afirmam que:

De acordo com a Avaliação da Safra Agrícola de Cana-de-Açúcar 2006/2007 (MAPA, 2006), a produção brasileira de cana na safra 2006/2007 deverá ser de 471,17 milhões de toneladas, superando em 9,2% a safra anterior. Esse aumento será decorrente de um acréscimo de 5,5% na área plantada e de 3,5% na produtividade média, resultantes de investimentos em tecnologias e da implantação de novas usinas, atraídas pelos bons preços dos produtos derivados da cana no mercado.

Já em termos de valor bruto da produção agrícola, essa cultura salta para o segundo lugar. Balsadi (2007) aponta dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizada em 2004, que captou um contingente de 251.480 empregados permanentes e de 241.682 empregados temporários ocupados na cultura da cana-de-açúcar no Brasil, totalizando 493.162 trabalhadores no mercado de trabalho assalariado nessa atividade (TABELA 2 – GRÁFICO 2). Ele ainda acrescenta que, quando se observam diferenças regionais, o sudeste é a maior região produtora, em termos de participação na área total colhida.

TABELA 2 – Empregados na Cultura da Cana-de-Açúcar no Brasil em 2004

EMPREGADOS NA CULTURA DA CANA-DE-AÇÚCAR	QUANTIDADE
Empregados Permanentes	251.480
Empregados Temporários	241.682
Total	493.162

Fonte: BALSADI, 2007, p. 80.

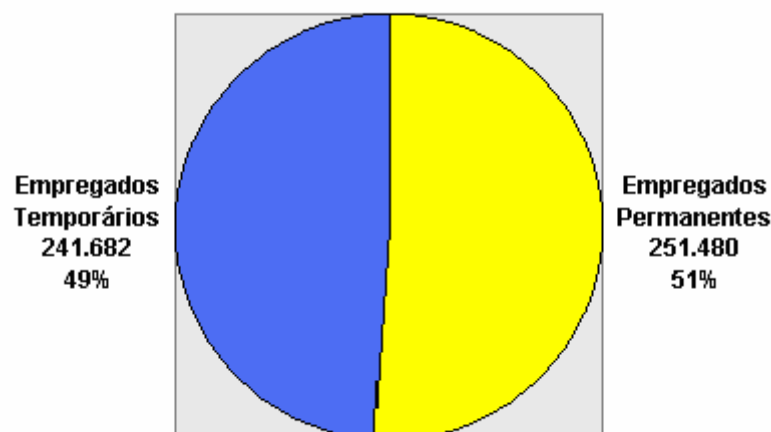


GRÁFICO 2 – Empregados na cultura de cana-de-açúcar no Brasil em 2004

Fonte: BALSADI, 2007, p. 80.

Os autores (RAMÃO; SCHNEIDER; SHIKIDA, 2007), definem a agroindústria canavieira como o conjunto composto pelo segmento agrícola produtor de cana-de-açúcar e pelo segmento industrial processador dessa matéria-prima.

Mas antes de continuar, acreditamos ser importante fazer um breve relato da história desta agroindústria no país.

2.1.1 A cultura da cana-de-açúcar no Brasil

A cultura da cana-de-açúcar já era importante durante o período de colonização no Brasil. Nas primeiras décadas após o seu descobrimento, há referências de que se cultivava a cana e produzia açúcar no sudeste e nordeste brasileiro.

Assim, dois centros se destacaram como pioneiros na produção de açúcar no Brasil Colonial. Um deles, a região de São Vicente – SP e o outro, a Capitania de Pernambuco, motivada pela situação geográfica de localização mais próxima da Europa (PINTURA 1).

A história registra progressos desta indústria em todos os períodos, sendo que no final do século XIX, época da abolição da escravatura, os recursos financeiros que antes eram destinados à compra e manutenção de escravos passaram a ser utilizados pelos engenhos para a incorporação das mais importantes

inovações da indústria do açúcar existentes na época. Foi nesse período que surgiram os chamados "Engenhos Centrais", caracterizando uma nova etapa da indústria açucareira brasileira e que foram precursores das atuais usinas.



PINTURA 1 – Engenho de açúcar - nordeste (século XVII).

Fonte: MUNDO ..., 2007, on-line.

Shikida (1998 apud RAMÃO; SCHNEIDER; SHIKIDA, 2007) acrescenta que o setor enfrentou fases de desempenho definidas pelo Programa Nacional do Alcool, o PROÁLCOOL.

Criado em 1975 pelo decreto nº 76.593, o PROÁLCOOL tinha como objetivo estimular a produção do álcool, visando o atendimento das necessidades do mercado interno e externo e da política de combustíveis automotivos. De acordo com o decreto, a produção do álcool oriundo da cana-de-açúcar, da mandioca ou de qualquer outro insumo deveria ser incentivada por meio da expansão da oferta de matérias-primas, com especial ênfase no aumento da produção agrícola, na modernização e ampliação das destilarias existentes, na instalação de novas unidades produtoras, anexas a usinas ou autônomas e de unidades armazenadoras.

A decisão foi tomada quando o governo federal decidiu encorajar a produção do álcool em substituição à gasolina pura, com o objetivo de reduzir as importações de petróleo, então com um grande peso na balança comercial externa. Nessa época,

o preço do açúcar no mercado internacional vinha decaindo rapidamente, o que tornou conveniente a mudança de produção de açúcar para álcool.

No início da década de 1980 o preço do petróleo praticamente triplicou e o governo resolveu adotar medidas para plena implementação do programa, criando organismos para agilizá-lo. Geraldo (1999) aponta que a região de Ribeirão Preto foi o “centro preferencial do programa, tendo recebido o maior volume de investimentos” e absorvido “maior grau de transformação no seu espaço econômico.” (Nogueira, 1996: 44-45 apud GERALDO, 1999, p. 86).

Contudo, no final dessa década, ocorreu o chamado “contra-choque do petróleo”, quando seu preço caiu relativamente coincidindo com um período de escassez de recursos públicos para subsidiar os programas de estímulo aos energéticos alternativos.

Os preços pagos aos produtores de álcool acabaram caindo abruptamente e uma combinação de desestímulo à produção do álcool com desestímulo à demanda gerou uma crise de abastecimento na entressafra 1989-90 que afetou a credibilidade do programa.

Assim, durante a década de 1990, o setor sucroalcooleiro deixou de receber subsídios do Governo Brasileiro, configurando o fim do PROÁLCOOL, o que provocou uma nova e grande transformação.

O setor sucroalcooleiro, visando sobreviver competitivamente no mercado nacional e internacional, iniciou um processo de efetiva profissionalização e modernização. Neste sentido, além dos aspectos ambientais e legais, a troca do corte de cana manual pela máquina colhedora reflete também um esforço do setor para sua modernização e sobrevivência. Guedes e Ré (2001) afirmam que a desregulamentação setorial pelo governo federal foi a principal razão das principais modificações empreendidas pela agroindústria canavieira paulista.

2.1.2 A modernização das lavouras de cana-de-açúcar

Independente dos incentivos do PROÁLCOOL, o processo de modernização das lavouras de cana-de-açúcar no Brasil começou bem antes. Segundo Guedes e Ré (2001) a mecanização nos canaviais que vem ocorrendo nos últimos sessenta anos e substituindo a mão-de-obra de milhares de trabalhadores rurais pode ser dividida em três etapas, na seguinte seqüência:

1) transporte até a usina, que ocorreu com a introdução dos caminhões (PINTURA 2) em substituição aos animais de tração na década de 50 do século passado (FOTO 1);



PINTURA 2 – Transporte da cana para a casa da moenda de um engenho.
Fonte: MARQUES, 1999, on-line.



FOTO 1 – Caminhão para transporte de cana.
Fonte: SCANIA ..., 2007, on-line.

2) carregamento, que deixou de ser feito manualmente (PINTURA 3) pelos trabalhadores e passou a ser realizado por carregadeiras mecânicas (FOTO 2), por volta de 1960.



PINTURA 3 – Carregamento manual de cana.

Fonte: SOUSA, 2007, on-line.



FOTO 2 – Carregadeira de cana.

Fonte: MWM INTERNATIONAL MOTORES, 2007, on-line.

3) colheita ou mecanização do corte (PINTURA 4) – a etapa mais contemporânea – que substitui o corte manual (FOTO 3) e que tem exigido modificações técnicas e logísticas que incluem desde o plantio até o recebimento da cana na usina.



PINTURA 4 – Corte manual de cana.

Fonte: PINHO, 2007, on-line.



FOTO 3 – Colheitadeira de Cana-de-açúcar.

Fonte: BERCOSUL, 2007, on-line.

Scopinho et al. (1999 apud RAMÃO; SCHNEIDER; SHIKIDA, 2007) descreve as vantagens econômicas da mecanização e as novas formas de realizar a atividade

pelos indivíduos envolvidos: “O uso de colhedeiiras aumenta a produtividade e qualidade da matéria-prima, além de reduzir os custos entre 50% e 60% em relação ao custo total da produção agrícola” (SCOPINHO et al., 1999, RAMÃO; SCHNEIDER; SHIKIDA, 2007, p. 113).

Do ponto de vista do processo de trabalho, o corte mecânico apresenta alterações substanciais com relação ao corte manual da cana-de-açúcar. No modo de organização do corte manual, geralmente a contratação do operário é temporária, a jornada de trabalho é diurna, de segunda a sábado, com oito horas diárias e a remuneração é com base na produção de cada trabalhador. A utilização de colhedeiiras aumenta a contratação direta e permanente de trabalhadores na lavoura canavieira, sistema no qual o trabalho é organizado em turnos alternados. Nessa modalidade de corte, os trabalhadores fazem rodízio para garantir a ininterruptão do processamento da cana pela agroindústria, inclusive no período noturno, em domingos e feriados. Os operadores das colhedeiiras submetem-se a horários irregulares e a uma escala de plantões, mas possuem um rendimento fixo. A atividade de corte mecanizado é sempre realizada em dupla, envolvendo o operador de máquina e o motorista do caminhão que traciona o transbordo e recebe a cana colhida (SCOPINHO et al., 1999, RAMÃO; SCHNEIDER; SHIKIDA, 2007, p. 114).

Scopinho et al. (1999 apud RAMÃO; SCHNEIDER; SHIKIDA, 2007, p. 114) também destaca que a nova forma envolve um trabalho em equipe, ao contrário do corte manual: “Diferentemente do corte manual, a colheita mecânica depende de trabalho conjunto e articulado”.

Já Vian et al (1999, p. 148) levanta outras hipóteses que podem ter motivado essa mecanização: “Há quem justifique que a mecanização da colheita da cana, além de trazer inúmeras vantagens econômicas e ambientais, é também uma forma de eliminar a insalubridade, a periculosidade e a penosidade existentes nas frentes de trabalho rural.”

Geraldo (1999), por outro lado, questiona a forma como a mecanização vem sendo introduzida no setor, sem considerar o desemprego destes mesmos trabalhadores, ligados ao corte manual da cana:

A maneira em que a mecanização está sendo introduzida no setor pela ótica do capital visualizando o aumento da produção e a produtividade, sem levar em conta o aprofundamento das desigualdades sociais, constituem-se em fatores agravantes da situação dos trabalhadores rurais, principalmente daqueles que dependem do corte da cana-de-açúcar para sua sobrevivência. (GERALDO, 1999, p. 84)

Na mesma direção, Coissi (2007), diante de um estudo da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (ESALQ / USP) sobre os

efeitos da mecanização das lavouras afirmou que “a profissão do bóia-fria da cana-de-açúcar está com os dias contados no Brasil” (COISSI, 2007, on-line).

Ela destaca a afirmação de Sérgio Prado, diretor da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA), dizendo que as novas usinas já nem contam com a figura do cortador de cana (grifo nosso). O estudo mostra que “houve queda de 20,9% no número total de trabalhadores rurais no setor entre 1981 e 2004, que passou de 625 mil para 494 mil” (COISSI, 2007, on-line) e aponta ainda que contrastando com essa queda, houve aumento de 166,3% na produção de cana no período, que passou de 156 para 415 milhões de toneladas (GRÁFICO 3).

A autora também afirma que a mecanização é motivada por razões econômicas, legais e sociais. Uma colheitadeira¹¹ custa cerca de R\$ 800 mil e o uso da máquina otimiza a produção, além de substituir o trabalho de cem cortadores de cana¹². Ainda para aumentar o incentivo pelo uso dessa tecnologia, foram criadas leis para extinguir a colheita manual, pois as queimadas são necessárias para viabilizar o corte manual e: “Nos últimos anos aumentou a cobrança pelo cumprimento das normas trabalhistas no campo, principalmente após a morte de 21 bóias-frias, desde 2004, supostamente por excesso de esforço no trabalho” (COISSI, 2007, on-line).

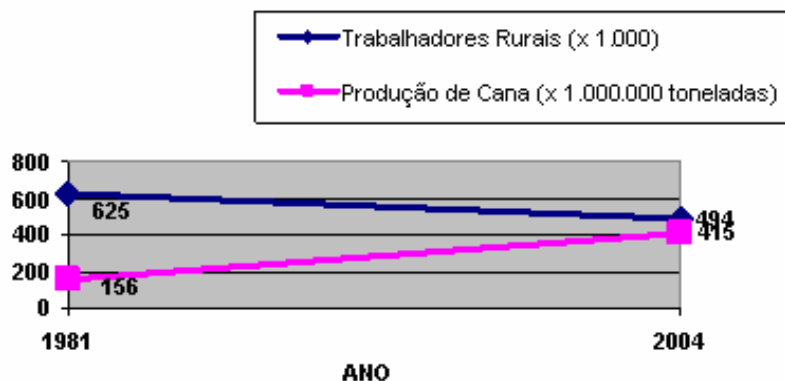


GRÁFICO 3 – Trabalhadores Rurais no Setor Sucroalcooleiro entre 1981 e 2004

Fonte: COISSI, 2007, on-line.

¹¹ Entre os autores estudados, encontramos as denominações colheitadeira, colhedora e colhedeira para designar a máquina que corta a cana. Estas diferentes denominações podem, inclusive, ser conferidas nas transcrições no decorrer deste trabalho. Neste sentido, o Glossário de Termos Usados em Atividades Agropecuárias, Florestais e Ciências Ambientais, compilado em 2004 por José Geraldo Pacheco Ormond, técnico do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, aponta igualmente as três denominações como sendo “máquina agrícola destinada a retirar os produtos do local onde foram plantados”.

¹² Não há um consenso sobre o real número de substituições. Alguns autores pesquisados apontam quantidade maior e outros, menor – geralmente um número entre 50 e 200 substituições.

Marcos, em momentos de seu depoimento, confirma esta realidade:

Não tem trabalhador rural trabalhando sem registro em carteira em Barrinha (Marcos).

Hoje não tem mais aquela coisa de mandou buscar e depois joga em qualquer lugar, não tem mais isso. Eles vêm por conta própria. As empresas não estão mais fazendo isso porque elas sabem, elas levaram multa sobre essa questão de aliciamento de pessoas, às vezes colocando em barraco sem nenhuma estrutura. (Marcos).

Assim, 2017 é o prazo final para as queimadas de cana no Estado de São Paulo, segundo acordo firmado entre a UNICA, o governador do estado - José Serra e as secretarias estaduais do Meio Ambiente e de Agricultura e Abastecimento (FOTO 4).



FOTO 4 – Lei estabelece fim das queimadas de cana.

Fonte: SOCIEDADE PAULISTA DE PNEUMOLOGIA E TISIOLOGIA, 2007, on-line.

O protocolo, assinado em maio de 2007 e denominado Protocolo de Cooperação Agroambiental, antecipa o limite de 2031 que havia sido imposto pela lei estadual 11.241¹³, criada para eliminar gradativamente as queimadas de cana (GRÁFICO 4).

O texto aponta que cerca de 45% da produção de cana no Estado de São Paulo já é colhida por máquinas – um índice acima do nacional, que fica entre 35% e 37%.

¹³ A transcrição desta lei pode ser conferida na sessão de Anexos.

O setor concordou em eliminar as queimadas nas chamadas 'áreas mecanizáveis' até 2014, sete anos antes do prazo previsto para isso na Lei 11.241, que era 2021. Nas 'áreas não-mecanizáveis', o novo prazo passou de 2031 para 2017, um ganho de 14 anos (MEDIDA ..., 2007, on-line, destaques do autor).

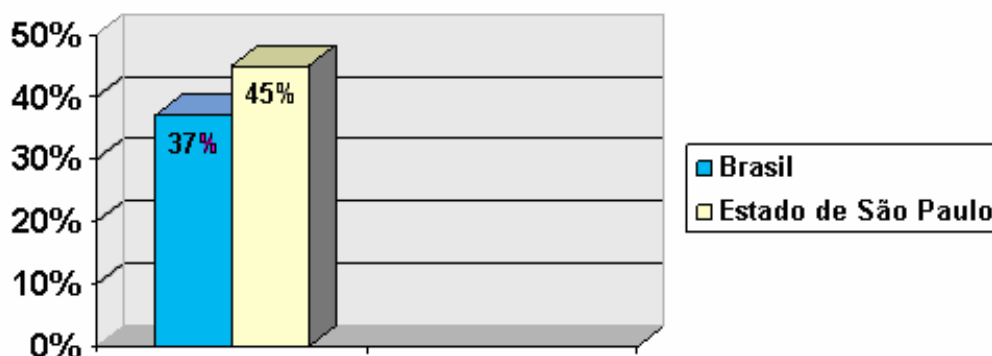


GRÁFICO 4 – Cana Colhida por Máquina em 2007

Fonte: COISSI, 2007, on-line.

Marcos, em seu depoimento, ao se referir à redução da mão-de-obra ligada ao corte da cana na cidade de Barrinha, há 40 km de Ribeirão Preto, afirma que a meta será atingida antes ainda do prazo estabelecido pelo protocolo:

Não vai vinte anos pra isso acontecer não! Eu vou ser bem claro com você: A partir do ano que vem, a partir de 2008, 50% dessa mão-de-obra já vai desaparecer por conta dessa mecanização. (Marcos).

Ao também analisar fatores indutores do processo, Veiga Filho (2007, on-line) levantou dados sobre séries de salários de cortadores de cana, preços recebidos pelos produtores de cana e pelos produtores de açúcar e de álcool, analisando suas evoluções em termos reais e nos seus relativos e pressupôs, no que se refere à evolução relativa, que a relação entre salário e preços é um indicador ora da escassez e ora da abundância do fator trabalho e que sua tendência histórica sinaliza um processo de substituição do fator mais escasso. Ele demonstra estes dados na TABELA 3 e analisa:

O que se verificou, inicialmente, é que todos os preços, deflacionados e atualizados para dezembro de 1997, têm um comportamento de queda real, em média abaixo de 50% quando comparados com os preços vigentes em 1976. Nos anos finais da década de 1970 até meados da década de 1980, houve maior sustentação dos preços dos produtos com quedas inferiores à dos salários reais, refletindo a proteção ao sub-setor

concretizadas nas políticas governamentais de preços, no estímulo do mercado externo e na expansão da economia brasileira, que começou a perder fôlego nos anos iniciais de 1980.

A queda desses preços acelerou-se a partir de 1986-87, em parte determinada pelo comportamento da economia e em parte pela perda de dinamismo do mercado externo de açúcar, de 1985 em diante, começando uma recuperação a partir da estabilização econômica proporcionada pelo fim do aceleramento do processo inflacionário, com a reforma monetária de 1994.

Por sua vez, o comportamento evolutivo dos salários acompanhou, de 1986-97 em diante, o mesmo padrão de decréscimo dos demais preços, apesar do movimento sindical ter-se solidificado nesse período, e cujas conquistas não estão contabilizadas nos salários monetários, tais como as melhorias no transporte e acesso a previdência e seguridade social, por exemplo. (VEIGA FILHO, 2007, on-line).

TABELA 3 - Índices Reais de Preços de Salários, Cana, Açúcar e Alcool no Estado de São Paulo, 1976-97.

Ano	Índices				Relações		
	Salário	Cana	Açúcar	Alcool	1/2	1/3	1/4
	(1)	(2)	(3)	(4)			
1976	100	100	100	100	100	100	100
77	94	100	100	102	94	94	92
78	117	95	93	95	123	126	123
79	-	-	-	-	-	-	-
80	83	93	85	95	89	98	87
81	93	89	85	98	104	109	95
82	79	72	68	79	110	116	100
83	70	84	77	90	83	91	78
84	73	83	76	87	88	96	84
85	70	81	80	92	86	88	76
86	56	53	52	60	106	108	93
87	-	-	-	-	-	-	-
88	45	51	52	61	88	87	74
89	72	38	36	42	189	200	171
90	35	36	34	40	97	103	88
92	31	44	40	48	70	78	65
93	30	37	34	41	81	88	73
94	30	39	35	43	77	86	70
95	40	39	33	43	103	121	93
96	38	47	44	49	81	86	78
97	39	47	34	49	83	115	80

Fonte: IEA e UNICA apud (VEIGA FILHO, 2007, on-line).

Ao compararem os custos da colheita manual com os custos da colheita mecânica Rípoli; Mialhe (1982 apud VEIGA FILHO, 2007, on-line), entre outras conclusões, deduziram que o retorno para o investimento na mudança de processo e compra da máquina se daria em menos de dois anos. Veiga Filho (2007, on-line) não encontrou estudos recentes sobre estes custos, entretanto deduziu uma

sedimentação e generalização da vantagem econômica do corte mecânico. O autor ainda acrescenta que um outro fator indutor dessa mudança tecnológica podem ser as dificuldades de controle sobre a mão-de-obra, decorrentes de incertezas sobre sua disponibilidade causada por absenteísmo ou greve.

Com relação aos reflexos para as usinas da mudança do corte manual para o mecânico, Veiga Filho (2007, on-line) afirma que não se trata de mera substituição de uma técnica por outra. A mudança implica em combinar e otimizar aspectos como o preparo do solo na lavoura, o dimensionamento dos equipamentos no campo, a implantação de equipe de manutenção e apoio, o treinamento do pessoal envolvido, as alterações no transporte e na recepção da cana na indústria entre outros.

A primeira tarefa é redimensionar o comprimento dos talhões de cana, a fim de evitar perda de tempo com manobras; em seguida, é necessário nivelar os terrenos que possuem declividade elevada; depois, é preciso limpar com bastante eficiência o terreno sobre o qual as colheitadeiras irão operar, para evitar que tocos, árvores e buracos venham a danificar a máquina; por fim, é necessário rever o espaçamento adequado entre as fileiras de cana, de maneira a garantir que as máquinas trafeguem com as rodas entre as linhas de cana e não danifiquem as soqueiras (RICCI, 1994, p.109 apud GUEDES; RÉ, 2001, p. 3).

Sobre os aspectos técnicos, ele também explica que o sistema de colheita é composto por três sub-sistemas, sendo que o primeiro é o de corte e carregamento, seguido pelo de transporte e finalizado pelo sub-sistema de recepção:

Cada sub-sistema tem interfaces que incluem aspectos comuns, os quais estabelecem um fluxo da matéria-prima do campo à indústria e que precisam ser alterados para compor-se ao novo arranjo técnico (RÍPOLI; PARANHOS, 1987 apud VEIGA FILHO, 2007, on-line).

Desta forma, para as usinas que não estão totalmente preparadas para a implantação da nova tecnologia, a mecanização do corte pode não ser tão conveniente. Ramão; Schneider, Shikida (2007) transcrevem o depoimento de um gerente agrícola de uma usina no estado do Paraná:

A palha que fica na lavoura propicia o surgimento de uma praga chamada cigarrinha das raízes, que acaba destruindo o canavial; há também o fato de que, nos meses mais frios do ano, a soqueira não consegue brotar no colchão formado pelas palhas, por causa da temperatura, o que também prejudica o canavial. Sendo assim, no momento não é conveniente a realização do corte mecanizado da cana crua. (RAMÃO; SCHNEIDER; SHIKIDA, 2007, p. 116)

Mesmo concluindo que as vantagens da tecnologia são maiores que as desvantagens para as usinas, Veiga Filho (2007, on-line) considera o processo de mecanização do corte de cana no Brasil, e em particular no Estado de São Paulo, lento e pouco difundido. Ele apurou um índice de 17% de mecanização entre 69 usinas do estado de São Paulo – que representavam, na época, 46% da área colhida – e de 29% na região canavieira de Ribeirão Preto que, para o autor, são índices baixos quando comparados com os 100% de mecanização do corte na Austrália e no estado de Louisiana, Estado Unidos da América (EUA).

Em contrapartida, ele ainda nota que, com exceção do corte, houve uma evolução sistemática do processo produtivo agrícola canavieiro no sentido da mecanização que ocorreu agregando novas práticas culturais e equipamentos mais eficientes, que reduziu o uso da mão-de-obra comum ou não qualificada, por uma mão-de-obra em número menor, porém mais capacitada a operar as máquinas e seus implementos.

2.2 A região de Ribeirão Preto e a cidade de Barrinha - SP

2.2.1 A região de Ribeirão Preto

Uma reportagem da Rede Globo em 1990 fez com que a cidade e a região de Ribeirão Preto se popularizassem na expressão “Califórnia Brasileira” numa alusão ao mais rico estado norte-americano. De acordo com a reportagem, a região onde prosperava o setor sucroalcooleiro seria moderna e rica.

Contudo, ao analisar melhor o cotidiano dos habitantes dessa região é possível concluir que os indicadores econômicos de riqueza obtidos na época e representativos ainda nos dias atuais eram possibilitados pela intensificação das desigualdades sociais, expressadas na iniquidade existente entre os grandes empresários e os empregados, subempregados e desempregados do lugar.

Passadas quase duas décadas, a região ainda ostenta essa riqueza, apresentando expressivos índices de crescimento econômico quando comparada com outras regiões do interior do Estado de São Paulo. Pode-se dizer neste sentido, que setor sucroalcooleiro, atividade agrícola predominante, é o maior responsável por esse desenvolvimento: “Na região de Ribeirão Preto, são queimados, aproximadamente, 650.000 hectares de cana por ano” (VIAN et al, 1999, p. 148).

Contudo, mesmo com os avanços do setor na região, em território ocupado e produtividade decorrente de investimentos em tecnologia, ainda há uma grande concentração de cortadores de cana, atividade arcaica, que envolve baixa remuneração e períodos de desemprego, simbolizando uma das contradições dos indicadores apresentados.

Segundo Alessi e Navarro (1997), a Associação Brasileira de Reforma Agrária estimou que em 1975 havia 287.513 trabalhadores volantes no Estado, sendo que 87.254 encontravam-se somente na região de Ribeirão Preto. Em 1986 esta quantidade saltou para 370.943 no estado e 95.000 na região de Ribeirão Preto (GRÁFICO 5), sendo que o auge da colheita manual de cana ocorreu entre 1985 e 1990. Já Geraldo (1999), analisando dados da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento constatou que em 1985, quando apenas três por cento dos 384.608 habitantes do município de Ribeirão Preto viviam no setor rural, “o bóia-fria passava a ser a força de trabalho mais característica nas relações de produção imperantes na agroindústria do setor açucareiro” (GERALDO, 1999, p. 87).

Atualmente, apesar da forma arcaica de trabalho, já que: “O ato de cortar cana resume-se à seqüência de gestos, curvatura do corpo, manejo do podão, destreza, rapidez, dispêndio de força” (SILVA, M. A. M., 1999, p. 201) e das demissões motivadas pelo processo de mecanização do corte, esta categoria de trabalhadores ainda é bastante representativa dentro do setor e no índice de empregabilidade de algumas cidades. Neste sentido, na região de Ribeirão Preto quando o assunto é “bóia-fria” – como é conhecido o cortador de cana, a cidade de Barrinha pode ser considerada referência, pois a grande fonte de economia da população da cidade ainda continua ligada à atividade. Marcos confirma esta realidade em seu depoimento:

Nós temos ainda cerca de 70% da mão-de-obra rural. Entre os demais, há uma grande parcela na construção civil e temos muitas mulheres que vão trabalhar em Ribeirão Preto como empregadas domésticas (Marcos).

E quantifica o contingente desta categoria de trabalhadores no município:

Está em torno de sete e oito mil trabalhadores [no corte da cana], sem incluir os que vêm de fora (Marcos).

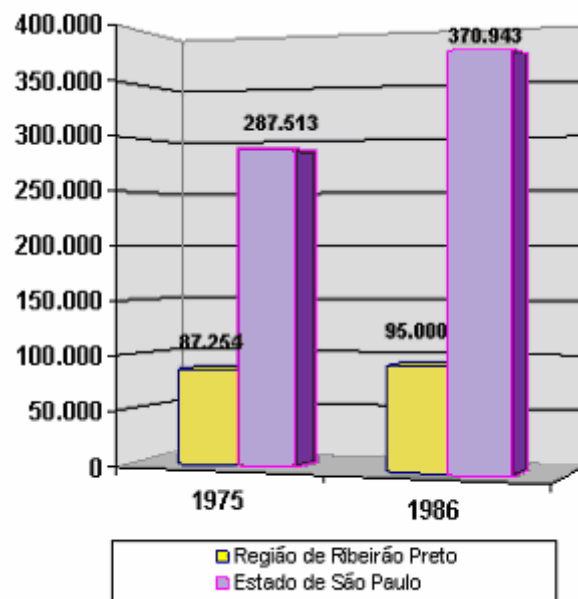
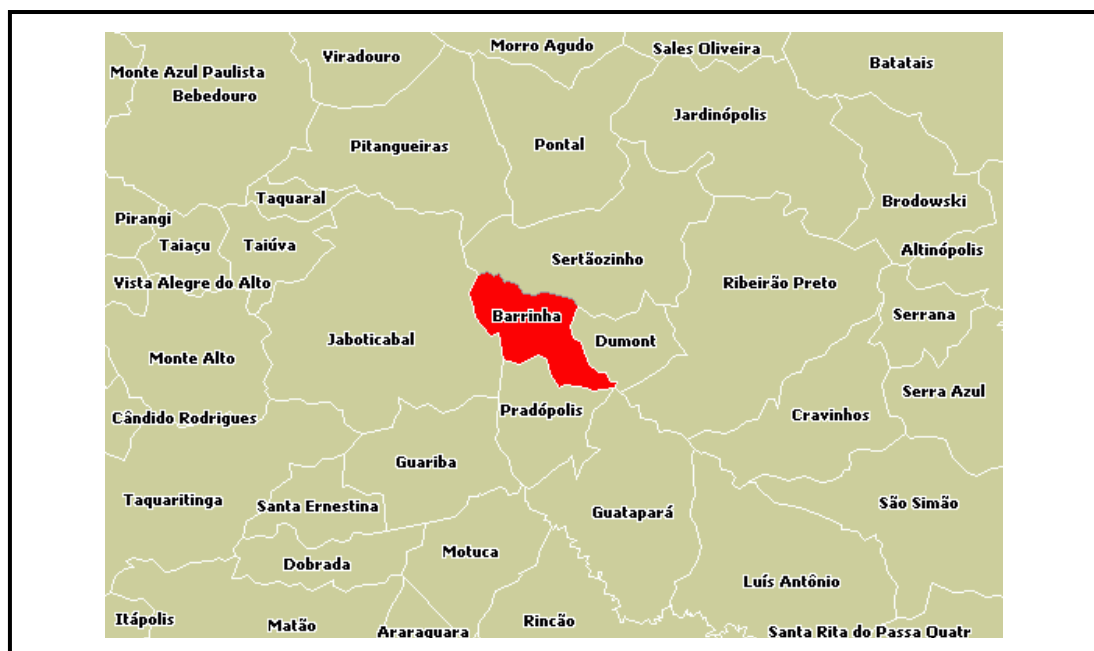


GRÁFICO 5 – Trabalhadores Volantes

Fonte: Alessi e Navarro (1997, p. 116).

2.2.2. A cidade de Barrinha

Barrinha surgiu em 1930, a partir de um pequeno povoado formado em torno da estação de trem que ficava dentro da Fazenda São Martinho, inaugurada em 1903.



MAPA 3 – A cidade de Barrinha na região de Ribeirão Preto.

Fonte: MUNICÍPIO ..., 2007, on-line.

“Antigamente, Barrinha era reduzida a uma simples estação da Companhia Paulista de Estrada de Ferro” (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2006b, on-line). Com área de 144 km² e altitude de 492.903 metros, a cidade se desenvolveu no trajeto da Fepasa S.A. – a antiga Companhia Paulista de Estrada de Ferro. Hoje, o município se limita com Sertãozinho, Dumont, Pradópolis e Jaboticabal (MAPA 3).

De acordo com o Histórico da Cidade (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2006b, on-line), no início do século XX, devido às várias crises do café, a Companhia Agrícola São Martinho – atual Usina São Martinho, decidiu lotear suas terras reservando, por iniciativa de Paulo da Silva Prado, um loteamento para uma futura vila ou cidade nas proximidades da estação, local onde foram surgindo construções que deram origem ao pequeno povoado. O histórico menciona como primeiros habitantes do local:

- a família de Domingos Gonçalves – que deu início a uma lavoura;
- a família de Dionizia Gonçalves – que levantou uma capela em louvor a São João;
- a família Biancardi – que fundou a primeira indústria;
- a família de Eugênio Thomazini;
- a família de João Marcari;
- a família de Motoki Kotó;
- a família de Antônio Rodrigues Santini;
- uma colônia japonesa composta por algumas famílias destes imigrantes.

A estação da Companhia Paulista de Estrada de Ferro era chamada de “Porto Barrinha” em virtude de no local haver uma balsa¹⁴ para a travessia de uma antiga barragem entre o “Rio Mogi Guaçu” e o “Rio da Onça” para transporte de passageiros que chegavam com destino às cidades de Ribeirão Preto, Sertãozinho e Jaboticabal. O povoado acabou adotando a mesma denominação, sendo que os rios “Mogi Guaçu” e “da Onça” até hoje representam os limites do município.

Além da estação de trem e da linha de ônibus, foi identificada no distrito uma grande reserva de argila. Assim, em 1953 instalava-se no local, a Cerâmica Barrinha “dotada de maquinaria especial, fabricando tijolos de todos os tipos [...] alimentando

¹⁴ Em 1927, a balsa foi substituída por uma ponte construída sob o Rio Mogi Guaçu, sendo inaugurada pelo então Presidente da República Washington Luís. A ponte – chamada pelos habitantes da cidade de “Ponte Velha” – desabou e continua nesta condição há mais de uma década.

esperanças de uma Barrinha industrial" (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2006b, on-line).

Com terras férteis, indústrias, meios de transporte entre outros indicativos de progresso¹⁵, em pouco tempo Barrinha pôde requerer mais autonomia. Assim, "pela Lei nº 2.456 de 30 de dezembro de 1953 criava-se o município de Barrinha, sendo instalado em 1º de janeiro de 1955" (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2006b, on-line).

A estação, com grande número de passageiros e trens de carga era a força motriz da cidade. Cerca de doze trens cruzavam a estação nos dois sentidos. Mas a década de 1970 transformou Barrinha.

A cidade, que até então era considerada a capital ferroviária da região começou a perder importância. Com o advento de melhores e maiores caminhões, além de melhorias das rodovias, o transporte ferroviário foi sendo substituído pelo rodoviário. Barrinha que havia crescido em torno da estação e era voltada para a movimentação ferroviária, viu sua economia declinar, sendo que várias empresas que ali haviam se instalado, desaparecerem.

Esse período marcou também a passagem na lavoura, da cultura do café para a da cana-de-açúcar, que influenciaria profundamente Barrinha e toda a região.

Foi nesta época que o setor sucroalcooleiro começou a ganhar destaque e a empregar milhares de trabalhadores da cidade, principalmente para atividades manuais na lavoura, tanto que, em 1962 foi criada a Casa da Lavoura, com a finalidade de dar condições e assistência aos trabalhadores rurais e no ano seguinte, foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais¹⁶.

O brasão de armas do município criado em novembro de 1960 (DESENHO 1) já aponta, entre outras características, que "os ramos entrelaçados simbolizam as principais culturas do município, café e cana-de-açúcar".

O início da década de 1980 foi marcado pela inauguração do primeiro conjunto habitacional e também por duas grandes greves de trabalhadores rurais que

¹⁵ Paralelo a estes indicativos de progresso, de acordo com o histórico, alguns antigos moradores da cidade relatam que na década de 1950 houve uma epidemia de Febre Amarela que causou a morte de muitos habitantes.

¹⁶ Em 1963, quando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais foi fundado, ele funcionava como órgão de assistência ao pequeno arrendatário. Em 1989, diante da expansão das lavouras de cana na região e redução do número de pequenos arrendatários, o sindicato passou a atender somente os empregados nesta atividade, adotando a denominação de Sindicato dos Empregados Rurais de Barrinha.

modificaram o aspecto da cidade¹⁷. Foi também nesta época que Barrinha ganhou seu primeiro hospital, o Fleming - Hospital e Maternidade Ltda., com cerca de 36 leitos para internação, nove médicos e 35 funcionários, “fruto do investimento dos irmãos Dr. Nasser e Dr. Said em sociedade com os irmãos Dr. Gianet e Dr. Gilberto” (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2006b, on-line). O hospital foi construído em terreno doado aos proprietários pela prefeitura mediante o compromisso de oferecer, no mínimo, 100 leitos num prazo de dez anos. Com o passar do tempo, o hospital chegou a ser ampliado, passando a oferecer mais leitos para internação, ala particular, médicos em várias especialidades e diversos outros serviços. Dados apontam que, em 1998, o hospital realizava uma média de 40 partos por mês. Contudo, por dificuldades financeiras, o hospital foi fechado em 1999¹⁸.



DESENHO 1 – Brasão de Armas do Município de Barrinha.

Fonte: CÂMARA MUNICIPAL DE BARRINHA, 2007, on-line.

¹⁷ Estas paralisações, principalmente a “Greve de Guariba” ou “Levante nos Canaviais” – denominações atribuídas ao movimento que começou em 1984 – refletiram a pressão exercida pelos trabalhadores do corte da cana que estavam mais cientes de seu poder de barganha em virtude do fortalecimento dos sindicatos e vitórias em dissídios coletivos. Segundo ALVES (1991 apud VEIGA FILHO, 2007, on-line) o movimento que resultou nessa greve consolidou definitivamente um papel ativo aos trabalhadores agrícolas da cana, que passaram a atuar como um coletivo comprometido com a sobrevivência futura.

¹⁸ Após o fechamento, o prefeito da época, constatando que os proprietários não haviam cumprido o acordo pré-estabelecido – oferecer 100 leitos em dez anos – solicitou sua desapropriação. É importante ressaltar que todo o processo que levou ao fechamento e pedido de desapropriação do hospital foi permeado por discordâncias políticas, já que o prefeito da época – Marcos Aparecido Marcari era opositor político de um dos proprietários do hospital, o Dr. Said. Em 2006, a Câmara de Vereadores aprovou e o prefeito – Dr. Said – sancionou a desapropriação do hospital, reavendo o terreno e adquirindo o prédio desativado há sete anos pela quantia de R\$ 1,8 milhão de reais, dando início a reformas com a promessa de breve reabertura. Até outubro de 2007, observamos que a reforma está em adiantado processo, mas a reabertura ainda não aconteceu, fazendo com que a população barrinhense continue a buscar recursos em hospitais das cidades vizinhas (NICOLINI, 2006).

Até meados da década de 1970, um vereador na cidade não recebia nenhuma remuneração para exercer o cargo, depois começou a receber salários, sendo que na gestão 1989 - 1992, o quadro de vereadores da cidade aumentou de nove para treze vereadores. A Lei Orgânica¹⁹ foi promulgada em 1990, pelo então presidente da câmara João Carlos Fossalussa.

Diante deste breve relato histórico, pudemos observar que desde o declínio do setor de transportes ferroviários e do advento do setor sucroalcooleiro na região, Barrinha não vivenciou grandes mudanças em sua realidade, sendo que atualmente, de acordo com o Histórico da Cidade:

A maioria da população de ambos os sexos, na faixa etária de 17 a 50 anos, exerce função remunerada, no trabalho da zona rural, na lavoura da cana-de-açúcar, obtendo nível salarial de 03 salários mínimos durante a safra que vai de abril a outubro. 20% das mulheres prestam serviços como empregadas domésticas em Ribeirão Preto, por estar próximo a Barrinha. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2006b, on-line).

Referindo-se às culturas agrícolas, Marcos confirma o monopólio da cana:

Barrinha não tem outras culturas, só cana (Marcos).

E com o passar dos anos, a cidade foi recebendo milhares de pessoas para o trabalho nesta cultura, sendo que algumas delas retornavam para seus locais de origem e muitas, permaneciam:

Aqui em Barrinha, na década de 80, cerca de 90% da população era bóia-fria. Com o decorrer da mecanização, muitos desses trabalhadores foram perdendo seus empregos. Existia muita mão-de-obra naquela época, migrante de mineiro e do Vale do Jequitinhonha. Existia também aquela população flutuante, que vinha e voltava, vinha e voltava. Era uma parcela grande desses trabalhadores (Marcos).

Há vinte anos havia entre 10 e 20 mil cortadores de cana em Barrinha, incluindo a população flutuante. (Marcos).

¹⁹ A Lei Orgânica do Município de Barrinha pode ser consultada através do endereço virtual. (CÂMARA MUNICIPAL DE BARRINHA, on-line).

É uma prática utilizada até os dias atuais:

A população flutuante ainda existe, mas em menor número que nos anos 80. Nós não podemos impedir o direito de ir e vir das pessoas, por que são brasileiras, elas pagam impostos e tem o direito de ir e vir. Mas nós temos que arrumar uma solução, uma alternativa, tanto o nosso governo estadual e municipal, quanto o governo de lá do município de onde eles vêm, onde eles moram, para que eles tenham alternativas lá também (Marcos).

Com aproximadamente 27 mil habitantes, Barrinha possui atualmente cerca de oito mil trabalhadores rurais e estima-se que outros cinco mil venham apenas nos períodos de safra das usinas (FOTO 5).



FOTO 5 – Vista aérea da cidade de Barrinha.

Fonte: MUNICÍPIO, 2007, on-line.

Como o corte de cana dura cerca de seis meses, no resto do ano, parte destes trabalhadores retorna para seus locais de origem, alguns já se estabeleceram em Barrinha e esperam a cana brotar de novo e outros desenvolvem dezenas de estratégias de sobrevivência, estratégias que envolvem desde trabalhos informais até a busca de ajuda financeira de diversas proveniências.

Com este perfil econômico da população, apesar de o número de habitantes seguir crescendo, o comércio e os serviços são tímidos, pois dependem do poder aquisitivo dos moradores do local. Nenhuma instituição pública ou privada oferece curso de nível superior ou técnico e a maior parte das habitações é humilde e inacabada. Além disso, o aterro da cidade está condenado, o esgoto é lançado sem

tratamento no córrego que corta a área urbana e a captação de água necessita de mais investimentos (RIBEIRO, 2004).

Em contrapartida, Barrinha está a 40 quilômetros de Ribeirão Preto e a 15 quilômetros de Sertãozinho, duas das mais progressistas e desenvolvidas cidades da região.

Segundo representantes da administração do município, os migrantes que chegam sem estrutura para se estabelecerem na cidade acabam recorrendo a ajuda da prefeitura que possui poucos recursos e acaba destinando-os às ações de assistencialismo. Eles também reclamam o fato de não haver ajuda por parte das usinas da região para suprir as necessidades de subsistência destes trabalhadores que vêm em busca de trabalho, já que elas utilizam a mão-de-obra da população quando precisam:

Eles vêm pra cá sem nenhuma estrutura [...] e então vira um problema para o poder público, problema de saúde pública, problema de assistência social, porque essas pessoas acabam vindo e ficando na porta da prefeitura até arrumarem serviço ou até elas se estruturarem. Acaba o poder público tendo que manter essas pessoas e aí o nosso pessoal que reside aqui, que tem residência fixa aqui fica prejudicado. Eles moram aqui há muitos anos e não vão ter emprego porque o emprego que podiam ter, o pessoal de fora acaba tirando, porque também precisa sobreviver (Marcos).

Hoje nós temos uma parcela boa de pessoas que vem do nordeste, temos os maranhenses que estão vindo para cá em grande número, gente de Alagoas, pessoas da Bahia. Eu já discuti isso com o prefeito porque está ficando complicado e vai ficar mais complicado ainda a partir do ano vindouro (Marcos).

E atribuem a falta de recursos à inexistência de indústrias sucroalcooleiras no município:

O problema de Barrinha é grande. Um imposto pertence à Jaboticabal, outro à Sertãozinho e Barrinha nada, nenhum bagaço sobra pra nós. É uma cidade dormitório. Para administrar uma cidade como Barrinha tem que ter peito, porque não tem recurso. A prefeitura está dando remédio, cesta básica e não é pra fazer política, é pra suprir necessidade. Pra você ter uma idéia, tem uma pesquisa aqui em Barrinha que aponta 16% da nossa população reclamando de fome, numa região chamada de Califórnia Brasileira, o berço dos usineiros, o berço do setor sucroalcooleiro (Pedro).

Como já tratado anteriormente, a maioria dos moradores de Barrinha trabalha no campo, no corte da cana ou em cidades próximas como Sertãozinho e Ribeirão

Preto – maiores e economicamente mais ativas, ou seja, é uma cidade de caráter residencial fazendo com que seja conhecida na região como uma cidade dormitório.

Barrinha é uma cidade dormitório, não tem uma indústria, não tem uma usina, depende única e exclusivamente do acordo de participação do município. Barrinha é onde os usineiros pegam os funcionários (Marcos).

Ao finalizar este capítulo podemos afirmar que o agronegócio canavieiro é muito para a economia agrícola brasileira e muito representativa para a região em que realizamos esta pesquisa. Os dados a seguir, demonstram isso (TABELA 4):

TABELA 4 – Representatividade Econômica do Setor Sucroalcooleiro

LOCAL	CARACTERÍSTICA
Brasil	A atividade é responsável pela movimentação de aproximadamente R\$ 40 bilhões por ano
Estado de São Paulo	A cana-de-açúcar é a atividade mais importante na demanda pela força de trabalho da agricultura
Região de Ribeirão Preto	Predomina a cultura de cana-de-açúcar
Cidade de Barrinha	A atividade de corte manual de cana é a que mais emprega os moradores

Fonte: Baseado na coleta de dados.

Apesar de economicamente importante para o país, para o estado de São Paulo, para a região de Ribeirão Preto e para a cidade de Barrinha, o setor não garante a distribuição de riquezas em todo local onde atua, sendo a cidade de Barrinha um exemplo de lugar onde esta cultura não trouxe prosperidade.

Nesta cidade, as perspectivas ainda são mais preocupantes: a redução gradativa das queimadas que vem ocorrendo nos últimos anos (com fim previsto para 2017) e o crescente processo de mecanização das lavouras de cana, o trabalho manual é uma atividade em extinção fazendo com que os trabalhadores de Barrinha ligados à profissão convivam com essa crescente ameaça de desemprego estrutural.

No capítulo a seguir, analisamos discursos e histórias de vida obtidos nas entrevistas realizadas com os cortadores de cana de Barrinha e outros atores sociais desta questão. Através dos depoimentos, pudemos identificar peculiaridades do cotidiano dos trabalhadores desta cidade referentes às suas estratégias de renda e sobrevivência, sonhos, perspectivas e frustrações.

CAPÍTULO 3

DISCURSOS E HISTÓRIAS DE VIDA

Durante a análise dos discursos e histórias de vida obtidos nas entrevistas realizadas com os cortadores de cana e outros atores sociais da questão em estudo, buscamos não nos limitar à leitura das transcrições, mas também interpretar as palavras não ditas. Esta interpretação permitiu identificar aspectos de suas representações sociais, de seu cotidiano, perspectivas, esperanças e frustrações, estratégias de sobrevivência e renda, dados relevantes para as finalidades e as questões desta pesquisa.

3.1 Práticas cotidianas

Silva; Wensko (2003) relatam que diversos autores apontam para o fato de que as mudanças em curso no mundo do trabalho devem ser analisadas no contexto da atual crise do capitalismo, a crise da superprodução que desencadeia o “processo de superexploração - caracterizado pelos baixos salários e pela intensidade do trabalho” (SILVA; WENSKO, 2003, p. 25). Para os autores, é através deste quadro que poderemos entender o desemprego, a exclusão social e a precarização das relações de trabalho, já que os capitais, para superar a concorrência, começam por reduzir os custos de produção que envolve a diminuição do número de trabalhadores, maior emprego de máquinas, redução de salários e até negação de direitos trabalhistas.

Os autores ainda relatam que a mecanização do corte da cana nos últimos anos provocou a eliminação de dezenas de milhares de trabalhadores, além da precarização das relações de trabalho. No entanto, eles identificaram um crescimento dos processos de resistência, sob novas roupagens na região Ribeirão Preto.

Se as greves, as manifestações coletivas, predominaram até os finais de 1980, a década seguinte foi marcada pelas milhares de ações trabalhistas movidas contra empresas, cooperativas e fazendeiros, além do recrudescimento da luta pela terra, por meio do MST e, principalmente da FERAESP (Federação dos assalariados rurais do estado de S. Paulo). Um grande número de acampamentos e assentamentos tem sido responsável pela alteração da paisagem do rural nesta região, até então dominada pelas imensidões de áreas ocupadas com cana e laranja (SILVA; WENSKO, 2003, p. 25).

No discurso abaixo, João relata o atendimento às leis e normas do Ministério do Trabalho, conquistas que beneficiam o trabalhador:

Eu armo barraca porque todos os ônibus agora têm barraca. Armo o banheiro dos homens e das mulheres – o Ministério do Trabalho exigiu. Tem mesinha, cadeira, o banheiro tem papel higiênico e sabonete, mesmo estando perto da cana ou do mato. O banheiro é uma barraca que a pessoa arma sobre um buraco feito com uma cavadeira, mais ou menos ½ metro. Eles dão água, todos os ônibus têm geladeira. Eles fornecem todos os equipamentos de segurança. Tem um monitor que olha duas vezes por semana o que falta e passa para o técnico de segurança vir entregar de perua o sapatão, os óculos, a luva, a caneleira (João).

Por outro lado, João sente-se prejudicado pelas mesmas leis e normas:

Hoje, no corte da cana, ninguém ganha mais pra sobreviver como era antes das máquinas porque, na usina que a gente trabalha, tem vez que começamos às 8h porque é longe. Às 8h15 temos que parar para descansar um pouquinho – ordem da usina, depois vai até 11 horas e paramos uma hora pra almoçar. A comida a gente traz de casa. Depois, quando são 14h, paramos outra vez, mais 15 minutos, para descansar. E o horário de parar é às 15h20 (Saturno, 48 anos, amasiado, cortador de cana, duas uniões, dois filhos da segunda união).

Em contrapartida, mesmo consciente dos prejuízos financeiros da categoria, Marcos justifica o necessário controle das atividades da categoria, tanto com relação à liberdade de representação sindical, quanto com relação ao excesso de trabalho:

Hoje a organização sindical é livre. O trabalhador sabe o direito dele, o que deve e não deve fazer, como proceder, apesar do fiscal²⁰ de turma ainda fazer aquela pressão psicológica na cabeça do trabalhador, do tipo: “- o fim da safra está chegando, cuidado com o corte” (Marcos).

Há 21 anos o sindicato tinha 2.500 associados e hoje continua o mesmo, pois o quadro associativo não tem baixa. Mas pagante, hoje, está em torno de 350 a 400 trabalhadores. O trabalhador atualmente está tendo mais

²⁰ De acordo com a classificação de ocupações do Ministério do Trabalho e do Emprego, o Fiscal de Lavoura é uma das denominações para a ocupação de Supervisor de Exploração Agrícola. Entre outras atividades, a ocupação envolve a supervisão direta de uma equipe de trabalhadores agropecuários em sua lida no campo, administração da mão-de-obra, treinamento da equipe de trabalho, planejamento de atividades, além do controle de qualidade e produtividade agropecuária.

possibilidade com o sindicato porque até então, quando ele trabalhava dentro de usina, ele era até impedido de falar o nome do sindicato. Se falasse era demitido, punido. Com a abertura da conversação, da discussão sobre o desemprego com representantes do trabalhador e dos usineiros começou a melhorar essa situação. A entrada da OIT²¹ foi o começo dessa integração entre empresários e trabalhadores (Marcos).

Houve uma morte no ano passado e os médicos falaram que foi problema de Chagas, mas nós estamos averiguando isso. Agora, nós combatemos a questão da exaustão, a questão do feitor ter comissão sobre a produção do cortador, pra não forçar o trabalhador a trabalhar muito, às vezes, até o motorista tem comissão. Quando isso ocorre, ele não deixa o cortador descansar direito, não deixa almoçar direito. Houve época em que trabalhador ia de gancho porque parava pra comer. Eles não respeitam horários de entrada e saída, de chegada do serviço. Teve caso do trabalhador parar quase sete horas da noite. Nós não queremos nem discutir essa possibilidade. O agenciador e o motorista devem ganhar da empresa, pra olhar o serviço e não pra forçar o trabalhador a trabalhar mais, acima do limite (Marcos).

Em se tratando do papel do agenciador, Silva, M. A. M. (1999) esclarece que ele é também registrado pela usina e possui os mesmos direitos que os trabalhadores. A autora também descreve e distingue este e outros supervisores da atividade:

- a) o “gato”, elemento em extinção, mas que continua atuando nos interstícios, nas brechas do descumprimento da lei, agencia e controla o processo de trabalho;
- b) o agenciador ou empreiteiro independente, agencia a mão-de-obra e acumula funções de motorista e feitor. É mais comumente chamado de empreiteiro, aquele que “arruma a turma e olha a turma”.
- c) o agenciador, contratado por firmas agenciadoras ou pelas empresas, não acumula as funções do controle da força de trabalho, sendo estas exercidas por feitores (SILVA, M. A. M., 1999, p. 124).

Quanto à efetividade, alguns trabalhadores conseguem trabalhar durante os doze meses do ano, mas a maioria ainda trabalha apenas nos períodos de safra:

Eu trabalho fixo [...] há quatro anos (José).

Todo mundo é contrato. Quando acaba a safra, lá pelo dia 15 ou 20 de novembro, nós somos dispensados e só lá pra fevereiro que começa a aparecer serviço, que a gente vai conseguir trabalhar no plantio de cana (João).

²¹ Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Os salários recebidos equivalem a dois ou três salários mínimos:

Quem corta cana tira R\$ 30, R\$ 35 por dia, em torno de setecentos, oitocentos reais brutos por mês. Eu ganho menos, porque ganho só a diária (João).

Eu agora não estou cortando cana, ganho uma diária de R\$ 18 por causa de um problema no braço. Uns quarenta dias depois que comecei a cortar cana – cortava entre sete e oito toneladas por dia – deu aquele problema no nervo e então eu não pude mais trabalhar no corte. Eu preciso conversar antes de acabar a safra pra saber como vai ser, porque vai acabar a safra, eu trabalho por contrato [...] e vou ficar com o problema no braço (Marcos).

Tem mês que eu tiro [o salário que recebe] setecentos, oitocentos reais, nessa faixa (José).

Outra importante constatação diz respeito à migração que, mesmo com a demanda de mão-de-obra diminuindo consideravelmente na região a cada ano, ainda é expressiva em Barrinha, sendo que a vinda desses trabalhadores, de acordo com os entrevistados, prejudica a administração do município e a população da cidade:

Aquelas pessoas que vem de fora, até conseguir ser contratada e receber, vêm pedir ajuda na prefeitura para sobreviver (Marcos).

Eu nasci em Alagoas, São José da Laje, vim pra Barrinha com um ano e oito meses de idade, mas naquelas viagens de vai e volta, vai e volta, eu sei que a cidade que mais a gente conheceu foi Barrinha (João).

3.2 Estratégias de sobrevivência e renda

De acordo com Lapini (2002), nos últimos anos, além da mecanização das lavouras de cana-de-açúcar na região contribuir para que uma grande parcela desta mão-de-obra buscasse uma alternativa de sobrevivência, houve também a busca por melhores condições de remuneração e de trabalho, já que “a situação do trabalhador

rural assalariado, do pequeno produtor e do 'sem terra' é muito difícil", (SILVEIRA, 1998, p. 122).



FOTO 6 – Trabalhadores da construção civil realizam mobilização por falta de pagamento por serviços de reforma no hospital de Barrinha.

Fonte: NICOLINI, 2006.

Nessa busca podemos até constatar resultados positivos, já que inúmeros trabalhadores desenvolveram estratégias de re-inserção no mercado de trabalho e têm conseguido sobreviver nesse cenário capitalista, como relata Graziano da Silva (1997). O autor relaciona novas ocupações que proliferam no meio rural brasileiro, destacando a criação de um conjunto de ocupações tipicamente urbanas como motorista de ônibus para transporte de trabalhadores, mecânicos, contadores, secretárias, digitadores, trabalhadores domésticos, facilitadas pela igualdade trabalhista assegurada na Constituição de 1988.

Hoje nós temos ainda cerca de 70% da mão-de-obra rural. Entre os demais, há uma grande parcela na construção civil e temos muitas mulheres que vão trabalhar em Ribeirão Preto como empregadas domésticas (Marcos).

Contudo, conquistar uma nova ocupação, bem como uma forma de sobrevivência digna, ainda é um desafio para grande parte dos trabalhadores rurais, tanto aquela parte “empregada” quanto àquela que perdeu seu emprego (FOTO 6).

Ao analisar dados do IBGE sobre o crescimento das atividades não agrícolas no meio rural brasileiro e especialmente no estado de São Paulo, Graziano da Silva (1997) concluiu que de cada cinco pessoas residentes no meio rural paulista, em 1990, apenas duas estavam ocupadas em atividades agropecuárias. As outras três tinham um emprego em atividades não agrícolas, principalmente agroindústrias, prestação de serviços, construção civil, comércio e prestação de serviços sociais. Se o tema é meio rural, precisamos considerar ainda a observação de Gomes da Silva (1998) quanto à conceituação de “situação urbana” e da “situação rural” pelo IBGE. De acordo com o autor, o instituto considera como “população economicamente ativa urbana” muitos trabalhadores rurais que tem moradia na periferia das cidades, mas que tem a atividade agrícola como principal atividade produtiva. Esses trabalhadores precisam ser considerados para a análise da questão rural.

Marcos, em seu depoimento, relata a exigência de produtividade, qualidade e qualificação por parte das empresas, sendo que além dos significados dos termos em si, as palavras também são, na maioria das vezes, desconhecidas para os trabalhadores rurais:

As pessoas com mais idade estão com dificuldade para arrumar serviço. Eu já tenho uma certa idade e o que acontece é que as empresas, ninguém, quer pegar. As empresas querem produtividade e principalmente qualidade, qualificação. Isso é complicado, essas máquinas que estão entrando no setor, todas controladas por botões de computador. Se esse jovem não estiver preparado para operar essas máquinas, vai faltar até mão-de-obra para as usinas e acaba tendo desemprego onde falta mão-de-obra (Marcos).

Neste sentido, outra questão para ser viabilizada é o destino dos jovens, filhos desses trabalhadores, que ainda nem sequer ingressaram no mercado de trabalho. De acordo com Kanashiro e Reynol (2007, on-line), a UNICA prevê um investimento de cerca de US\$ 15 bilhões para a criação de 89 novas usinas até 2012, principalmente em regiões do interior do Mato Grosso do Sul, no Triângulo Mineiro, sul de Goiás e norte do Paraná, sendo que os autores chamam a atenção para a mudança no perfil de trabalho neste setor, onde o aumento de vagas está

relacionado aos postos que exigem maior formação, como a área industrial, técnica, administrativa, de pesquisa e de desenvolvimento.

Segundo os autores, as propostas de aumento da produção de álcool combustível – derivado da cana-de-açúcar – têm gerado expectativas de muitos negócios e mais empregos. Eles mencionam a participação da imprensa que divulga o aumento do mercado de trabalho quando é informada sobre a chegada de novas usinas em determinadas localidades, mas salientam a preocupação de especialistas com as desigualdades que marcam esse mercado de trabalho que sinaliza um aumento de empregos direcionado especialmente aos profissionais com maior formação e melhor remuneração. Geraldo (1999, p. 89) também analisa esta situação e conclui:

Se de um lado há comemoração, do outro a falta de uma política capaz absorver o crescente contingente de homens e mulheres sem trabalho, em um processo gradativo de exclusão social resultam, como consequência imediata, na resistência dos trabalhadores contra o aprofundamento das desigualdades e o aumento do desemprego no campo.

Já Marcos, ao mencionar em seu depoimento projetos em discussão, demonstra boa vontade, mas confirma que, de fato, nenhuma ação em prol da empregabilidade dos cortadores de cana de Barrinha já foi implementada:

O sindicato [dos Cortadores de Cana] de Barrinha elaborou um projeto que se chama Construindo Valores e Preparando Jovens para o Futuro. Esse projeto está em discussão com a sociedade, com o Banco do Brasil, o Ministério do Trabalho, as empresas, a prefeitura. O prefeito, inclusive, deu total apoio ao projeto, o gerente do Banco do Brasil, o delegado regional do trabalho e, obviamente, a igreja²², quer dizer, toda a sociedade. Nós já tivemos uma primeira reunião e vamos ter uma outra no próximo mês pra gente tentar junto arrumar uma forma, uma saída para preparar esses jovens, principalmente para o setor sucroalcooleiro que é o que predomina na nossa região. Temos que fazer com que esses jovens tenham um curso profissionalizante, de operador de máquina, motorista, químico para trabalhar no setor de destilaria, para que eles não estejam desempregados amanhã²³ (Marcos).

²² Não foi possível, nesse momento, apurar o tipo de apoio dado pela igreja Católica Apostólica Romana de Barrinha aos cortadores de cana e ao projeto mencionado. Segundo representante da instituição, ela não atua junto à Pastoral da Terra.

²³ Apesar da menção de existência do projeto e do relato das discussões sobre alternativas para sua implantação, através de observações sistemáticas concluímos que até o mês de outubro de 2007 a proposta não havia sido efetivada.

Os representantes de classe ainda estão procurando alternativas e não têm muita segurança sobre com quais instituições e pessoas poderão contar:

Nós [...] estamos procurando alternativas. Hoje nós temos o Telecentro²⁴ com o apoio da Casa da Cidadania e do prefeito. Nós temos curso de corte e costura, curso de artesanato, curso de cabeleireiro para mulheres e para jovens e estamos preocupados em ampliar isso para poder preparar essas pessoas também para o setor sucroalcooleiro, fazer um projeto junto com o Senac, Senai, Senar, sindicato, sociedade e poder público (Marcos).

Mais que sobrevivência, os cortadores de cana de Barrinha buscam sobreviver com dignidade, com base na não-dispersão da família e na esperança de assegurar um futuro para os filhos, acreditando inclusive, que a educação seja uma forma de superar sua atual condição:

O que ele ganha dá pra sustentar nós todos. Não dá pra passar assim... muito bem... mas dá (Ana).

Eu espero que os meus filhos estudem bastante. Que arrumem um bom emprego pra eles (Ana).

O meu maior sonho é ter toda a minha família reunida (Ana).

Eu espero que meus filhos e enteados consigam um serviço sem ser cana. Outro serviço melhor, como mercado, uma coisa diferente (José).

Eu gostaria que os meus filhos tivessem o que eu não tive. Queria que eles estudassem pra ter um futuro, porque a cada tempo as coisas estão ficando mais difíceis e se a pessoa estuda, tem esperança na vida (João).

²⁴ Por meio de contatos informais, soubemos que o Telecentro trata-se de um programa que oferece periodicamente cursos profissionalizantes gratuitos para a população. A sede da Casa da Cidadania, onde o programa se efetiva, é uma residência cedida por uma usina da região, parte de um conjunto de casas pertencentes à empresa e ocupadas por funcionários que trabalham em sua área industrial.

José, em princípio, afirma conformar-se com sua condição de cortador de cana:

Eu gosto do meu trabalho (José).

Mas acaba deixando transparecer seu descontentamento, ao falar de suas frustrações e de seus sonhos:

Eu não tenho intenção de mudar de profissão porque eu não tenho estudo. Sempre precisa de estudo e como eu não tenho, não tenho esperança de melhorar de serviço, não tem jeito (José).

Se pudesse, queria ser policial, mas meu maior sonho era ficar rico para poder parar de trabalhar (José).

De acordo com os depoimentos e também através de observações sistemáticas, constatamos que a separação de materiais recicláveis é a alternativa de renda – total ou complementar – mais utilizada pelas famílias barrinhenses em situação de vulnerabilidade.

Temos que arrumar uma saída para esse problema, alternativas, pois se o pai e a mãe estão separando material reciclável, amanhã o filho vai estar também, pois do jeito que está a mecanização, ele também vai ser um desempregado. Ele vai fazer o que? Vai roubar? Vai matar? Tem que ter alternativa pra isso (Marcos).

Se hoje nós temos uma parcela da nossa população – homens, mulheres e jovens – que estão no lixão, que estão separando o lixo para tentar sobreviver – não que isso seja vergonha, pelo contrário, o trabalho dignifica a pessoa, mas a gente quer uma coisa mais organizada, através de uma cooperativa, que o pessoal tenha um barracão, para que recolha esse material e possa vender por um preço justo, para que não seja explorado como está sendo hoje. Eles fazem a separação do lixão, às vezes sem nenhuma proteção, sem nenhuma luva, sem segurança no trabalho (Marcos).

Porém em Barrinha, essa atividade de separação de recicláveis não acontece de forma sistematizada onde as famílias consumidoras separam os materiais e dispõem para que sejam recolhidos nas lixeiras de suas casas. Na maior parte das

vezes, o recolhimento desses materiais ocorre diretamente no lixão da cidade, apontado em matéria jornalística veiculada pela emissora de televisão EPTV de Ribeirão Preto em 2006 como um dos piores do estado de São Paulo.

O problema do lixo em Barrinha foi constatado e citado e é citado há vários anos (FOTO 7). O município, inclusive, foi alvo de uma série de multas. A situação piorou ainda mais quando há alguns meses o chorume²⁵ começou a transbordar sobre a vicinal Said Ahmed Saleh, onde está situado. Para conter o excesso de lixo ao lado da vicinal, improvisou-se outro depósito, desta vez na área urbana, atrás de um Ginásio de Esportes desativado. Este segundo depósito chegou a ser envolvido em suspeitas de descarte de lixo hospitalar proveniente das unidades básicas de saúde da cidade.

Fato é que ambos não atendem normas da Vigilância Sanitária ou a legislação ambiental. As valas acumulam lixo durante dias, a céu aberto e são remexidas por animais - cães, urubus, ratos e outros – e pelos catadores de materiais recicláveis, grupo que por vezes inclui crianças. O atual Secretário do Meio Ambiente do município disse estar priorizando esta questão, mas uma solução ainda não foi constatada.



FOTO 7 – Depósito de lixo em Barrinha ao lado da vicinal Said Ahmed Saleh
Fonte: NICOLINI, 2006.

²⁵ Resíduo líquido do lixo e que pode ser 80 vezes mais poluente que o esgoto doméstico

O depoimento de Marcos, a seguir, ainda revela a incidência de outra questão preocupante: a gravidez na adolescência, quando afirma que jovens de 16 e 17 anos já são pais de família, sendo que, em concordância com João, critica os artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)²⁶ que proíbem o trabalho de menores:

Outro problema é a mulher e o filho separando material reciclável porque não têm emprego, não têm condições de trabalhar, porque as empresas não pegam mulher e nem jovem – a lei proíbe o jovem, o adolescente de trabalhar, mas essa é uma outra discussão. Eu não sou contra, eu acho que o jovem tem que estudar, mas tem muito jovem hoje que é arrimo de família, que é pai de família. Você pega um jovem aí, muitas vezes com 16 ou 17 anos, que já é pai de família, que já tem filhos e a lei o proíbe de trabalhar. Como é que fica esta situação? O pai desse jovem vai ter de sustentar o filho e a família do filho, sendo que às vezes também está desempregado (Marcos).

Já os meninos [os filhos de 14 e 16 anos], não têm trabalho pra eles porque hoje, se um moleque está trabalhando, vem a autoridade falando que é proibido, que é menor. Mesmo que eles conseguissem um trabalho, correriam o risco da proibição (João).

A necessidade de renda para sobreviver faz com que muitos pais e outros cidadãos se esqueçam dos motivos que levaram à proibição do trabalho infantil, como demonstra o depoimento abaixo:

No meu tempo, com 12 anos já trabalhava com o meu pai na roça. Com 14 anos eu registrei. A questão é que a gente pulou muito [ficou sem trabalhar registrado]. Agora, eu gostaria que voltasse aquela lei que, com 14 anos, podia registrar [ele tem um filho de 14 e outro de 16], acabar com as máquinas porque, antigamente não tinha máquina pra nenhum serviço, era tudo manual e então tinha muito serviço (João).

Este depoimento também retrata a desesperança em si:

Então, mesmo que eu estude, se surgir um emprego, eles não vão me dar prioridade porque eu tenho 48 anos, uma pessoa mais nova tem mais futuro (João).

²⁶ A CLT considera menor o trabalhador que tenha entre 14 e 18 anos de idade, sendo que por determinação da Lei nº 10.097 de 2000, é proibido o trabalho de menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.

As famílias, para sobreviver, se reúnem numa mesma casa e chegam a depender de parentes aposentados, às vezes, a única alternativa de renda fixa:

Tem gente aposentada que ajuda o pai, a mãe e o neto. Muita gente depende do avô, da avó, da mãe aposentada. Aqui na promoção social vem muita gente atrás da bolsa família, bolsa escola, porque realmente precisa. Quando verificam o que as pessoas estão fazendo com o dinheiro, confirmam que estão comprando comida, leite para os filhos (Marcos).
Tem só ele [filho da amásia, com deficiência que o entrevistado não soube especificar no momento da entrevista – aparente deficiência psíquica] que recebe uma pensão. Ele é doente, recebe um salário mínimo e ajuda (José).

Quanto às mulheres, elas estão alijadas do corte da cana sob o pretexto de não atenderem os níveis de produtividade exigidos. Nestas condições, ou buscam outras atividades, algumas vezes mais penosas, ou ficam sem trabalhar. Os depoimentos a seguir retratam esta experiência:

Eu não vejo perspectiva de melhora a partir do ano que vem. A salvação é Ribeirão Preto, onde as mulheres vão trabalhar como domésticas e os homens ficam parados (Marcos).

A discriminação com relação à mulher existe muito no setor. Não pegam mulher pra trabalhar. Numa turma de cinquenta pessoas, se você achar cinco mulheres, é muito. Tem muita mulher que trabalha até mais do que nós, homens. Mas, pela questão da maternidade, dos dias dela no mês, tem problemas. Hoje, muitas mulheres são arrimo de família, o marido faleceu, são mães solteiras, separadas. Como é que fica? (Marcos).

Eu gostaria de voltar a trabalhar, eu até gosto de trabalhar na roça, mas é difícil achar vaga para mulher trabalhar (Ana).

Minha mulher não conseguiu registrar esse ano. Então, ela ajuda uma senhora e ganha um pouco pra comprar roupa para os meninos, um calçado. Serviço pra mulher está cada vez mais difícil (João).

Segundo Silva, M. A. M. (2001, p. 293) as mulheres que conseguem ingressar em outras atividades acabam se submetendo às piores tarefas, como a de

bituqueiras²⁷ [...], aplicadora de veneno no controle das pragas da cana ou ainda trabalhando nos viveiros onde se preparam as gemas para a plantação da cana, que, igualmente, demandam o manuseio de agrotóxicos. Ela encontrou várias mulheres com alergias, coceiras, queimaduras, câncer de pele, de garganta e muitas doenças que afetam os aparelhos respiratórios em razão da utilização de agrotóxicos, sendo que “duas delas morreram alguns meses depois de terem concedido os depoimentos em razão de câncer na garganta e nos pulmões”. Quanto às bituqueiras, elas padecem de sérios problemas de coluna devido “à postura corporal curvada, obrigatória durante todo o desempenho da tarefa” (Silva, 1999: cap. “As meninas do descarte” apud SILVA, M. A. M., 2001, p. 293).

A autora ainda menciona a prática ilegal de se exigir um atestado de esterilidade que é ilegal, mas continua existindo. Não foi o que aconteceu com Ana, ex-cortadora de cana que, em 10 anos na atividade, vivenciou cinco gestações. O fato de ter apenas 28 anos e ter abandonado a atividade há algum tempo nos leva a concluir que ela começou a trabalhar antes dos 18. Quando, em seu depoimento, ela termina a frase com a palavra “só”, cremos que ela sente que trabalhou pouco diante de conhecidos na mesma atividade, além do desejo de retomá-la:

Cortei cana durante dez anos, só. E resolvi parar (Ana).

Com relação às atividades de lazer, foi interessante observar o desvio de conceito que os entrevistados apresentaram. Diferente da definição de Bueno (1996) onde lazer é um momento de descanso, ócio ou passatempo, para os entrevistados, lazer é o momento em que não estão trabalhando em suas ocupações formais.

Assim, eles aproveitam estes momentos para outras ocupações que vão desde compromissos domésticos até atividades alternativas de renda não ligadas ao corte da cana.

A maioria apresentou uma ausência desse elemento cultural ligado ao prazer:

Nas horas de lazer eu gosto de cuidar da casa (Ana).

²⁷ Bituqueira é a mulher que recolhe as bitucas, ou seja, os pedaços de cana que não são recolhidos pelas máquinas após o corte.

Nas horas de lazer, quando eu tenho tempo, eu não paro. Tem terreno pra cuidar, tem encomenda pra entregar. Eu não gosto de bola. Em questão divertimento, a gente não tem. Eu fui criado assim (João).

Ou agem de acordo com o que concluiu Souza (2002, p. 161): “As opções de lazer para as classes populares são muito restritas. Estão caracterizadas pela abrangência de contato com programas televisivos considerados como popular.”

Modo de agir confirmado por José:

Nos momentos de lazer eu não faço nada. Quer dizer... é mais escutando um sonzinho, assistindo TV, jornal, só isso (José).

Com relação à escolaridade desses trabalhadores, constatamos que os mais velhos realmente estudaram pouco, muitos não sabem ler e nem escrever. Interessante e preocupante é o fato constatado de que, diante do desemprego estrutural, pessoas com maior grau de escolaridade também precisam recorrer à atividade – que não exige nenhuma qualificação prévia – para sobreviver.

Agora, pra trabalhar, estão exigindo estudo e dão preferência pra quem é mais jovem porque, inclusive, tem gente estudada que está cortando cana (João).

Eu estudei só o primeiro ano. Entrei na escola e saí. Não sei ler e nem escrever. Sei o nome, só. [...] A usina nunca me ofereceu outra oportunidade de trabalho. Ela sempre oferece pra turma lá, mas pra quem tem estudo, bastante estudo. [...] Eu sempre cortei cana. Fui guarda num supermercado durante seis meses, mas parei. Parei porque não tinha leitura. Precisava a leitura para trabalhar lá. Eles foram exigindo essas coisas (José).

Eu estudei até o 2º ano de escola, sei ler e escrever. Tenho carteira de motorista C e agora quero mudar de letra, para carteira profissional e tentar trabalhar de motorista, se conseguir passar no teste. São três parcelas de R\$ 220 e eu estou juntando o dinheiro ainda. [...] Eu já trabalhei dentro de usina. Só que a gente não parou a cabeça no lugar pra ficar só num serviço. O que eu estou tentando agora é tirar uma carta de motorista, mas até hoje não dei andamento nela e então eu continuo no serviço da lavoura (João).

3.3 Conseqüências

Nos trechos do depoimento a seguir, Marcos relaciona os jovens sem oportunidades, às drogas.

Se hoje existe uma população marginalizada, eu acho que o poder público, a sociedade civil organizada tem que resolver esse problema, porque é um problema da sociedade. Eles não têm que crucificar esses jovens que estão entrando nas drogas, por estarem nessa marginalidade, porque às vezes, isso é falta de opção, falta de serviço, falta de educação. Às vezes, acabamos cruzando os braços e falando assim: “- deixa ele ir preso, deixa a polícia levar”. Não é isso. Eu acho que a primeira coisa que temos que discutir é a educação desses jovens, discutir a família desses jovens (Marcos).

Já Pedro proclama a penúria do povo de Barrinha e as dificuldades da administração em tentar suprir sozinha, as necessidades de seus habitantes:

Ontem o prefeito começou atender o povo às duas horas e quando era oito horas da noite ainda estava atendendo. Eu acho que as usinas deviam ajudar mais o povo de Barrinha, com remédios por exemplos, tirar um pouco da carga da prefeitura (Pedro).

Aquela greve não resolveu nada. Barrinha é diferente das outras cidades da região, o social de Barrinha é demais, o povo aqui é pobre, eu acho que a região devia dar uma força pra cidade (Pedro).

Oriundos do campo e obrigados a viver nas cidades, a maioria destes trabalhadores ainda manifesta sua tradição agrícola com uma vocação para a lavoura. Em seu discurso, João deixa transparecer sua crença de que a oportunidade de voltar às origens rurais o libertaria das privações alimentares que vivencia.

Já que não tive um estudo melhor, uma oportunidade de ter um serviço pra ganhar bem, meu sonho é ser independente, poder plantar e criar o que vou comer. Eu cresci plantando e criando animais, eu tenho essa vocação. Aqui na cidade, nós dependemos do supermercado e se não temos dinheiro, não podemos comprar uma verdura (João).

Silva, M. A. M. em seu artigo intitulado "Reestruturação produtiva e os impactos sobre os migrantes" (2001, p. 301) fala da existência de dois pólos opostos: exclusão e inclusão, numa zona de possíveis alternativas para os trabalhadores rurais, "caracterizadas sobretudo pela mobilidade precária, pela vulnerabilidade, que se definem como momentos de luta para evitar a queda no fosso da exclusão" e continua:

Vagando de um canto a outro neste imenso país, suportando as tarefas as mais pesadas, discriminadas, muitas vezes, suportando até mesmo a escravidão, desprovidas dos mínimos direitos, inclusive do direito de ir e vir, posto que muita cidades constróem barreiras para evitar sua entrada, a única esperança que possuem é não se tornarem mendigos, seres desgarrados, condenados por uma verdadeira morte social. Mesmo distantes, prendem a utopia de rever a família, de voltar um dia à terra de origem, de encontrar trabalho para remeter aos que ficaram. É este sentimento de pertencimento à família, a um determinado lugar, à condição de trabalhador, de provedor, que lhes identifica, que lhes define. Esta é sua identidade, ainda que em trânsito, transitória, provisória (SILVA, M. A. M., 2001, p. 301).

Esta realidade pode ser verificada a seguir, quando João falar de seu maior sonho:

Meu sonho era ter uma terra pra plantar de tudo e não precisar comprar no mercado porque eu gosto muito de lavoura, eu sempre fui apaixonado por plantar, criar, de tudo, um pouquinho (João).

E dá indicações de suas estratégias de subsistência:

Na minha idade está ficando difícil conseguir emprego, então, quando não estou cortando cana, eu faço bico, várias coisas, de tudo, um pouco. Conserto aparelhos domésticos, bicicletas, cato e vendo sucata, faço e vendo produtos de limpeza. Só que, como eu estou empregado agora, não estou fazendo. Eu também cuido de três terrenos, planto verdura. Mas só quando dá uma goteirinha, na época da chuva, eu consigo colher e vender. Tudo é pro gasto. A ajuda, primeiro vem de Deus, depois recebo ajuda da minha família, meu filho caçula recebe bolsa escola e vou teimando com a vida (João).

Kanashiro; Reynol (2007, on-line) concluíram que não existem na atualidade programas governamentais de readequação dessa mão-de-obra. Contudo, os

autores evidenciam a necessidade de participação da sociedade civil nesse momento singular do setor sucroalcooleiro. Eles transcrevem a opinião do economista Francisco José da Costa Alves, do Departamento de Engenharia da Produção da Universidade Federal de São Carlos: “Se a sociedade não se organizar agora para reivindicar soluções, os problemas ambientais e sociais desse setor vão se aprofundar” (KANASHIRO; REYNOL, 2007, on-line).

Seguindo a linha da observação de Alves, verificamos que as autoridades políticas e os empresários se atentaram às questões do meio ambiente e tem tomado inúmeras providências a respeito. Porém, por meio de observações sistemáticas, constatamos que as usinas, especificamente as usinas da região de Ribeirão Preto, não se organizaram para discutir e, principalmente, para apresentar soluções para os problemas sociais decorrentes das ações em prol das questões ambientais – nos referimos ao desemprego estrutural causado pelo processo de mecanização.

Barrinha exporta funcionários para todas as usinas da região, então as usinas tinham que ter responsabilidade social. Mesmo que a cidade tenha um projeto para ajudar essas pessoas, eu acho que as usinas têm que participar, pois os responsáveis por essa situação são os usineiros (Pedro).

Contudo, acreditamos ser importante transcrever a seguir o que o 10º artigo da Lei Estadual nº 11.241, de 19 de Setembro de 2002 que dispõe sobre a eliminação gradativa da queima da palha da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo e dá providências correlatas. O artigo trata da criação de alternativas para a empregabilidade e sobrevivência dos trabalhadores rurais que perderem seus empregos por conta da mecanização. Segundo a lei, essa responsabilidade se restringe ao *Poder Executivo* [entendemos como sendo o Presidente, o Governador e o Prefeito], *com a participação e colaboração dos Municípios onde se localizam as agroindústrias canavieiras e dos sindicatos rurais*, excluindo os empresários do setor sucroalcooleiro:

Artigo 10 - O Poder Executivo, com a participação e colaboração dos Municípios onde se localizam as agroindústrias canavieiras e dos sindicatos rurais criará programas visando:

I - à requalificação profissional dos trabalhadores, desenvolvida de forma conjunta com os respectivos sindicatos das categorias envolvidas, em estreita parceria de metas e custos;

II - à apresentação de alternativas aos impactos sócio-político-econômicos e culturais decorrentes da eliminação da queima da palha da cana-de-açúcar;

III - ao desenvolvimento de novos equipamentos que não impliquem dispensa de elevado número de trabalhadores para a colheita da cana-de-açúcar;

Com aparente ignorância em relação à lei – ou sabedoria em virtude da experiência pessoal, Marcos atribui às usinas a culpa pela situação e a responsabilidade pelo desenvolvimento de alternativas para a empregabilidade e sobrevivência dos trabalhadores rurais em questão:

Quando isso acontecer [alto índice de desemprego] eles que não queiram culpar os trabalhadores, o sindicato, porque os únicos responsáveis por isso serão eles, aqueles que tem terra, que empregam e que desempregam. Então, amanhã ou depois, esses trabalhadores vão estar na rua, no mundo das drogas, é um problema social (Marcos).

As usinas também fazem parte dessa discussão, para que ajudem a bancar esse projeto [Construindo Valores e Preparando Jovens para o Futuro]. [...] Nós temos problemas, temos sim, mas estamos tentando resolver. E isso só se resolve junto, fazendo uma discussão junto à sociedade civil organizada, o poder público e as empresas privadas [...] mas parece que as usinas não estão se preocupando muito com isso, essa é a verdade. Portanto, não sabemos ainda como que isso vai acontecer (Marcos).

Marcos vê a reforma agrária como única solução, além de uma alternativa de atuação para a instituição que representa:

Quando não existir mais cortador de cana, nós vamos trabalhar pela sobrevivência das famílias que não têm emprego, com a reforma agrária, com os assentamentos (Marcos).

Por isso, nossos representantes estaduais e federais devem ver isso com muita cautela, pois hoje o usineiro não planta alimento, ele planta dinheiro e esquece o social. Isso é muito grave e amanhã, quando a reforma agrária estiver nascendo forte na porta das usinas, não podem reclamar da situação, porque o pessoal não tem aonde ir, aonde trabalhar, não sabe ler, nem escrever, não foi preparado, não teve apoio (Marcos).

Eu fico preocupado com relação a isso, de a coisa descambar de uma maneira social e fugir do controle, sendo que eles todos [usineiros e donos de terras] têm uma parcela grande de responsabilidade nisso (Marcos).

No trecho a seguir, Marcos demonstra a crença dos trabalhadores rurais com relação aos resultados obtidos com o PROÁLCOOL:

Quando lançaram o PROÁLCOOL, foi com o objetivo de aumentar o uso de mão-de-obra. Hoje nós estamos vendo um setor avançado tecnologicamente, que melhorou muito seu retorno. O setor tem como repassar melhor isso para o trabalhador, oferecer um curso profissionalizante (Marcos).

Por outro lado, Geraldo (1999) aponta uma imagem negativa do programa perante a categoria que se manifestou desfavorável à sua retomada:

Em meados de 1997, momento de intensas discussões sobre a retomada do PROÁLCOOL, a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) representando 24 Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAGS) e cerca de 3.200 Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRS), divulgou um documento no qual manifestava grande preocupação com as declarações do Governo Federal e dos empresários do setor sucroalcooleiro sobre a reativação do PROÁLCOOL. As razões dessas preocupações “residem nas experiências perversas pelas quais já passaram os trabalhadores rurais em razão dos incentivos concedidos no passado ao PROÁLCOOL”. [...] O documento relembra as consequências danosas para os trabalhadores rurais do PROÁLCOOL criado em 1975. “Foram carreados elevados recursos para usineiros e fornecedores de cana-de-açúcar, gerando, de um lado, um significativo aumento de produção e, de outro, um agravamento das desigualdades sociais. Ocorreu uma grande concentração de terras, inclusive com destruição de sítios dos trabalhadores; a monocultura de cana-de-açúcar se expandiu com seus efeitos sociais, ecológicos e econômicos, concorrendo com a produção alimentar dos agricultores familiares; postos de trabalho temporários foram gerados, mas dada a monocultura não proporcionaram outra alternativa de ocupação na entressafra para a maioria dos trabalhadores; e houve crescimento do trabalho precário, com utilização de mão-de-obra escrava e infantil, desrespeitando generalizadamente a legislação trabalhista gerando legiões de bóia-frias” (GERALDO, 1999, p. 89).

Já Antônio, em seu depoimento, lembra a Lei nº 4.870, de Dezembro de 1965, *sobre a produção açucareira, a receita do Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA e sua aplicação*, lei que deixou de vigorar, por iniciativa do setor, em 1999:

Essa lei não foi derrubada porque está na constituição, foi camuflada, está sendo deixada para trás (Antônio).

A lei incluía um capítulo estabelecendo “Assistência aos Trabalhadores” em que produtores de cana, açúcar e álcool eram obrigados a aplicar a importância correspondente no mínimo, às percentagens de 1% sobre o comércio da cana, de 1% sobre o comércio do açúcar e 2% sobre o comércio do álcool, em serviços de assistência médica, hospitalar, farmacêutica e social, em benefício dos trabalhadores industriais e agrícolas das usinas, destilarias e fornecedores.

A receita foi aplicada de 1965 a 1999, quando os produtores de cana se reuniram e decidiram sustar o pagamento sob a alegação de que o tabelamento do preço do produto estabelecido até então pelo IAA, havia acabado. Trabalhadores e entidades de classe reclamam o direito ao benefício, alegando, inclusive, direito ao valor que deixou de ser pago desde o final da década passada.

3.4 Percepções

Silva (1999) fala sobre o sentimento de exclusão, de negação do cortador de cana perante outras classes da sociedade. Os depoimentos a seguir, reafirmam a conclusão da autora:

3.4.1 Sentimento de ser ignorado:

É preciso fazer com que essas pessoas sejam enxergadas, visualizadas como seres humanos (Marcos).

Nós não somos contra a mecanização, não somos contra o avanço tecnológico, nós somos contra a forma como o processo está sendo feito, sem nenhuma discussão com uma entidade representativa desses trabalhadores para que não haja um desemprego amanhã, para que não haja um caos social como estamos prevendo que vai acontecer (Marcos).

3.5.2 Sentimento de ser humilhado:

Barrinha é humilhada perto de Sertãozinho. Eu não quero mais ser prefeito porque não vou ser o salvador da pátria, não vou conseguir resolver os problemas (Pedro).

3.4.3 Sentimento de ser preterido:

Aqui, preterido pelo Estado, que trabalhava para os usineiros:

Há 20 anos a gente se reunia escondido, no fundo da casa de alguém. A polícia procurava saber se tinha algum tipo de reunião. A situação era muito complicada. O Estado estava a serviço dos usineiros (Marcos).

Entre os cortadores de cana entrevistados, observamos a incidência de uniões conjugais instáveis, não formalizadas, sendo que a maioria encontrava-se na segunda união. Todos tiveram filhos em pelo menos uma das uniões e quando se unem pela segunda vez, trazem os filhos das uniões anteriores para conviverem na mesma residência. Todos os trabalhadores rurais que entrevistamos viviam em casas próprias, todas inacabadas – paredes sem reboque, sem piso, sem muro etc. e com menos de quatro cômodos. Alguns depoimentos a seguir retratam esta realidade:

Vai fazer um ano que eu conheço meu amásio. Três filhos estão comigo e dois moram com o pai (Ana).

Moro em casa própria. Tem quatro cômodos. Moramos em sete pessoas. Minha esposa, dois filhos meus e três dela. Só eu trabalho (José).

Durante a análise do material apresentado neste terceiro eixo, dúvidas e possibilidades dificultaram e limitaram nossa interpretação. Tivemos dúvidas sobre o que fazer com tantos fragmentos e tantas informações e, entre outras constatações, verificamos que as falas dos sujeitos permitiriam inúmeras outras interpretações, outras hipóteses e novos caminhos de pesquisa. Assim, cientes das relações entre a memória individual e a coletiva, bem como de outros aspectos contemplados pelos discursos e histórias de vida optamos por entender os relatos de forma a apresentá-los num quadro coerente com os objetivos e com contexto desta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início deste trabalho, nos propusemos a analisar e relacionar as estratégias de sobrevivência e renda dos cortadores de cana da cidade de Barrinha – SP, investigar suas aspirações, perspectivas e reais necessidades, relacionando as estratégias utilizadas e propondo outras, privilegiando àquelas que envolvam uma participação responsável de toda a sociedade.

Embora tenham permanecido dúvidas, diante de tantas reflexões acabamos por encontrar algumas respostas e concordar com algumas propostas de soluções para a questão, ousando criar outras, cuja validade só poderá ser confirmada caso sejam utilizadas e expostas às sucessivas transformações que atingem a tudo e a todos nós.

Dada a relevância econômica e social da atividade de corte manual da cana para a cidade de Barrinha, bem como a relevância do setor sucroalcooleiro no cenário nacional na atualidade, é importante fazer, neste momento, uma reflexão em torno das tendências que esse setor vem assimilando, principalmente no que se refere à mecanização de suas lavouras. Primeiro, porque esta análise permite colocar e pensar os motivos, as possibilidades e as limitações dessa nova postura, já que apesar da indiscutível necessidade de adequação tecnológica, é sabido que milhares de famílias ainda dependem da renda proporcionada pelo emprego nas atividades manuais na lavoura. Segundo, porque, por meio de várias fontes pesquisadas, pudemos constatar uma quase inexistente preocupação da sociedade com a questão, o que acarreta a falta de reflexões e ações que poderiam sinalizar caminhos e soluções.

Começamos por Veiga Filho (2007, on-line) afirmando que:

[...] em termos genéricos, estes são problemas comuns a outras atividades econômicas, apesar de suas especificidades (que todas têm em função de características que as condicionam), e sua existência não impediu que em outros países o fenômeno da mecanização do corte tenha se consolidado completamente.

O autor relata as indiscutíveis vantagens econômicas do processo:

Considerando que a matéria-prima da agroindústria canavieira é produzida no campo e que sua participação na formação dos custos de açúcar e do álcool gira em torno de 60%, sendo, portanto, bastante elevada, a evolução técnica é fundamental para a competitividade nesse ramo, tanto pela

redução dos custos no processo de produção do açúcar e do álcool, bem como dos preços dos sub-produtos e co-produtos no mercado (VEIGA FILHO, 1999 apud RAMÃO; SCHNEIDER; SHIKIDA, 2007, p. 112).

E se refletirmos sobre a questão ambiental, fica mais difícil ainda não concordar com Veiga Filho (2007, on-line), que defende a mecanização, argumentando que embora os estudos sobre queimadas e seus efeitos no meio ambiente e na saúde humana provoquem polêmicas, é cada vez mais difícil não atentar para o agravamento da poluição atmosférica pela emissão de gases poluentes e sua concentração nociva na camada denominada de troposfera – localizada a 15 km de altura ou na possibilidade de contribuir para as doenças respiratórias. O autor ainda complementa mencionando as razões econômicas, como o desperdício energético quando não se aproveita o material remanescente da colheita, representado pelos ponteiros, folhas verdes e palhas.

Em busca por respostas, acabamos por encontrar outros motivos para a intensificação da mecanização do corte que, desta vez, não estão relacionados aos aspectos econômicos e legais, mas sim, a uma forma de manter o *status quo*. Já que, segundo Alves (1991 apud VEIGA FILHO, 2007, on-line) as greves, principalmente a de Guariba, em 1984, consolidou definitivamente um papel ativo aos trabalhadores agrícolas da cana, que passaram a atuar como um coletivo comprometido com a sobrevivência futura; a intensificação da mecanização do corte veio como forma de repressão e de quebra da resistência a estes movimentos organizados (grifo nosso).

Segundo Kanashiro e Reynol (2007, on-line), a UNICA confirma o fato de que está havendo uma mudança na demanda de trabalho para este setor, sendo que está ocorrendo um aumento da oferta de empregos para trabalhadores com maior formação e melhor remuneração – geralmente no setor industrial, em áreas técnicas, administrativas, de pesquisa e desenvolvimento e uma diminuição dos empregos oferecidos no corte manual de cana em função da mecanização.

Desta forma, vivenciando estas condições, resta aos cortadores de cana desenvolverem por si, estratégias de sobrevivência e renda. Conferimos durante a leitura deste trabalho algumas especificidades das estratégias adotadas em Barrinha - SP diante do desemprego ou da renda insuficiente para subsistência da família. Neste momento, porém, limito-me a relacioná-las:

- retornar ao local de origem – no caso dos migrantes;
- esperar, sem trabalho e sem renda, a cana brotar outra vez;
- selecionar e comercializar material reciclável;
- buscar ajuda na prefeitura;
- buscar ajuda de parentes;
- usar renda proveniente da aposentadoria de algum familiar;
- buscar ajuda de programas governamentais como Bolsa Escola e Bolsa Família;
- cultivar alimento em terrenos baldios, sendo que parte é destinada para consumo próprio e parte para comercialização;
- manipular e vender produtos de limpeza;
- consertar bicicletas e eletrodomésticos;
- trabalhar como doméstica em cidades vizinhas – no caso das mulheres;
- trabalhar na construção civil – no caso dos homens;
- tentar ingressar em outra atividade não ligada ao meio rural, seja nas indústrias das usinas, em outras indústrias ou no meio urbano.

Uma estratégia que pode ser incluída às relacionadas acima é a apontada por Maria Aparecida Silva (2001), quando afirma que na região de Ribeirão Preto existem nos acampamentos de sem terra muitos migrantes que não conseguiram emprego nas usinas ou fazendas.

A participação dos migrantes neste Movimento, que no momento é o mais expressivo do país, é um indicador importante das possibilidades de mudanças e buscas de alternativas por parte daqueles que estão vivenciando o processo de exclusão-inclusão precária (SILVA, M. A. M., 2001, p. 300).

E confirmada por Geraldo (1999, p. 90, destaque do autor):

Excluídos da possibilidade de continuar vendendo sua força de trabalho aos fazendeiros e aos usineiros da região, desprovidos de capacidade técnica para acompanhar as inovações tecnológicas que os colocariam em condições de concorrer a um lugar no restrito mercado de trabalho, muitos desses trabalhadores uniram-se em torno de uma luta, de um ideal, de um movimento, de uma esperança: “a aquisição de um pedaço de terra para viver”.

Diante da ordem social estabelecida que se mostra insustentável, buscamos dados sobre ações que poderiam reverter esta condição. Contudo, infelizmente, o que constatamos por partes de alguns organismos – sindicato e poder executivo municipal – foram apenas projetos não concretizados e *assistencialismo*, do tipo de ação social definido por Ariovaldo Oliveira (2004) como:

Executada geralmente por Estados ou grupos particulares, que dão assistência aos mais carentes, aos excluídos, aos quais atendem de forma temporária e imediata sem se preocupar em resolver definitivamente seus problemas sociais e econômicos ou em ajudá-los a construir instrumentos para sair da situação em que se encontram. Em muitos casos, o assistencialismo pode ser também uma forma de controle social e político do Estado sobre os setores excluídos da sociedade. (OLIVEIRA, A. U., 2004, p. 240).

Observamos que as usinas também não dispõem de projetos ou ações neste sentido. O que costumam fazer é transferir alguns cortadores de cana – os que estudaram por mais tempo e apresentam comportamento mais adequado para a empresa – para outras funções na lavoura ou nas indústrias. Elas também costumam manter projetos de bolsas de estudos e qualificação através de treinamentos *in loco* estritamente para seus funcionários permanentes, não considerando a massa de trabalhadores que deixou de ser contratada no período de safra.

Assim, concordamos com Paulillo, Mello e Vian (2006, apud RAMÃO; SCHNEIDER; SHIKIDA, 2007) quando defendem que as ações de políticas públicas devem contemplar o desemprego desses milhares de trabalhadores rurais em função da mecanização das atividades de plantio, corte e carregamento de cana e da implantação de outras tecnologias poupadoras de mão-de-obra no setor sucroalcooleiro nos últimos anos. Os autores colocam que, constatada a irreversibilidade da mecanização pela busca por maior produtividade e competitividade pelo setor: “Cabe ao Governo criar mecanismos como cursos de reciclagem e qualificação desses trabalhadores que facilite sua inserção em outras atividades, seja no meio rural ou no meio urbano” (PAULILLO; MELLO; VIAN, 2006, p. 110-111 apud RAMÃO; SCHNEIDER, 2007, p. 114).

Entendo Governo como Poder Executivo (Presidente, Governador e Prefeito) ousamos ainda ampliar a responsabilidade por esses mecanismos que devem ser

adotados também pelos sindicatos e demais entidades representativas, além de enfatizar a necessidade de ações de responsabilidade social por parte do setor sucroalcooleiro voltadas para esta categoria de trabalhadores na tentativa de mudar a paisagem que Ianni (1976, p.24) já visualizava: “para uns, a cana é doce, para outros, a maioria, ela é áspera”.

REFERÊNCIAS

ALESSI, Neiry Primo; NAVARRO, Vera Lucia. Health and work in rural areas: sugar cane plantation workers in Ribeirão Preto, São Paulo, Brazil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.13, suppl. 2, p.S111-S121, 1997.

ALMEIDA, Regina Stela Andreoli de. **Educação e trabalho**: as políticas sociais públicas e o desemprego em Campo Grande / MS. 2001. 229f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2001.

ALVES, Fábio José da Costa. **Modernização da agricultura e sindicalismo**: as lutas dos trabalhadores assalariados rurais da região canavieira de Ribeirão Preto. 1991. 347 f. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

ALVES, Francisco. Por que morrem os cortadores de cana? **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 90-98, set./dez. 2006.

ASPECTOS do Pólo Rapadureiro dos Estados de PE/PB/AL: histórico da cana-de-açúcar no Brasil. Disponível em:
<<http://www.geocities.com/SoHo/Study/8051/rapadura/historico.htm>>. Acesso em: 28 out. 2007.

ASSIS, Ana Marlúcia Oliveira et al. Bró, caxixe e ouricuri: estratégias de sobrevivência no semi-árido baiano. **Revista de Nutrição PUCCAMP**, Campinas, v. 12, n. 2, p. 159-166, maio/ago. 1999.

BALSADI, Otavio Valentim. **Mercado de trabalho assalariado na cultura da cana-de-açúcar no Brasil no período 1992-2004**. 28 fev. 2007. Disponível em:
<<http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=8746>>. Acesso em: 28 mar. 2007.

BECKER, Howard Saul. **Método de pesquisa em ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1994.

BRUNINI, Orivaldo. **Zoneamento de culturas bioenergéticas no Estado de São Paulo**. Disponível em:
<http://infobibos.com/Artigos/2007_3/Zoneamento/Index.htm>. Acesso em: 25 out. 2007.

BUENO, Silveira. **Minidicionário da língua portuguesa**. São Paulo: FTD, 1996.

CÂMARA MUNICIPAL DE BARRINHA. Disponível em:
<<http://www.camarabarrinha.sp.gov.br/>>. Acesso em: 25 ago. 2007.

COISSI, Juliana. Trabalho no corte de cana tem dias contados, diz estudo. **Folha Online**, São Paulo, 11 set. 2007. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1109200730.htm>>. Acesso em: 29 set. 2007.

CORRÊA NETTO, Edméia. **Empregada Doméstica**: a construção do seu cotidiano no mundo urbano a partir da migração do campo. 2005. 177f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2005.

COSAC, Claudia Maria Daher. **As práticas profissionais do Serviço Social**: dimensão interativa na agroindústria canavieira da Região de Ribeirão Preto. 1998. 257f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 1998.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GERALDO, Sebastião. Agroindústria canavieira e a mecanização: as relações de trabalho e a resistência dos trabalhadores rurais na região de Rib. Preto. **Revista da Universidade de Franca**, Franca, v. 7, n.8, p. 84-93, dez. 1999.

GUEDES, Sebastião Neto Ribeiro; RÉ, Rui Marcelo. **Os determinantes da decisão microeconômica de mecanizar o corte da cana**: um estudo de caso. 2001. Disponível em: <<http://www.unimep.br/fgn/economia/ecosober.html>> Acesso em: 18 jul. 2006.

GUERCIO, Maria Angélica Ferrato dos Santos. **Os canavieiros de Rio das Pedras – SP**: vida e trabalho. 2001. 252f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2001.

IANNI, Octávio. A classe operária vai ao campo. **Cadernos CEBRAP**, São Paulo, v. 24, p. 1-64, 1976.

_____. **Origens agrárias do estado brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

KANASHIRO, Marta; REYNOL, Fabio. Combustível para crescimento e problemas sociais. **ComCiência**: Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, n. 86, abr. 2007. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=23&id=251>>. Acesso em: 10 out. 2007.

LAPINI, Paulo Alencar. A mecanização da colheita de cana-de-açúcar e o surgimento da mão-de-obra multifuncional. **FACEF Pesquisa**, Franca, v. 5, n. 2, p. 73-84, dez. 2002.

MARQUES, Gil da Costa. **Energia**: a essência dos fenômenos: hidráulica/refrigeração. Disponível em: <<http://www.cepa.if.usp.br/energia/energia1999/Grupo2B/Hidraulica/energia.htm/>>. Acesso em: 25 out. 2007.

MARTINELLI, Maria Lúcia. (Org.). **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.

MARTINS, Ana Luiza. A cidade do açúcar 1948-1995. In: _____. (Coord.). Guariba 100 anos 1895-1995. São Paulo: Prefeitura Municipal de Guariba, 1995.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **A Reforma Agrária e os limites da democracia na “Nova República”**. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **Reforma agrária**: o impossível diálogo. São Paulo: Ed. USP, 2004.

MEDIDA importante para o meio ambiente. jun. 2007. Disponível em: <<http://www.crmariocovas.sp.gov.br/noticia.php?it=9339>>. Acesso em: 28 set. 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. et. al. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MWM INTERNATIONAL MOTORES. **Aplicações industriais**. Disponível em: <<http://www.nav-international.com.br/default.asp?su=4&pa=detalhes&idioma=3&tipo=6>>. Acesso em: 25 out. 2007.

MODERNELL, Renato. Sufoco nas terras roxas. **Época**, Rio de Janeiro, n. 20, 5 out. 1998. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/edic/19981005/socied1.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2005.

MORAES, Nelson Russo de. **As empresas e o atendimento às demandas sociais em Bauru – SP**: responsabilidade ou marketing? 2005. 140f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2005.

MUNDO antigo: portal de história e cultura: história do Brasil: engenho. Disponível em: <<http://paginas.terra.com.br/arte/mundoantigo/colonial/engenhos.htm>>. Acesso em: 25 ago. 2007.

MUNICÍPIO de Barrinha. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Barrinha>>. Acesso em: 25 ago. 2007.

NICOLINI, F. A. F. Também queremos a reabertura do hospital! **O Barrinhense**, Barrinha, 13. abr. 2006. p. 2.

OLIVEIRA, Ângelo Marcos Santos. As inovações tecnológicas e as novas formas de gestão e controle do capital sobre o trabalho. **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, v. 3, n. 1, out. 2002. Disponível em: <<http://www.prudente.unesp.br/ceget/pegada.htm>>. Acesso em: 23 jul. 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, set./dez. 2001.

_____. As transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In:_____.; STEDILE, João Pedro. **O agronegócio x agricultura familiar e a Reforma Agrária**. Brasília, DF: Concrab, 2004.

OLIVEIRA, Julieta Teresa Aier de; BRAUNBECK, Oscar Antônio. Demanda da força de trabalho na cana-de-açúcar segundo diferentes sistemas de colheita. In: CONGRESSO BARSILEIRO DE ENGENHARIA AGRÍCOLA, 33., 2004, São Pedro. **Anais....** Campinas: Sociedade Brasileira de Engenharia Agrícola, 2004. 1 CD-ROM.

ORMOND, José Geraldo Pacheco. (Comp.). **Glossário de termos usados em atividades agropecuárias, florestais e ciências ambientais**. Rio de Janeiro: BNDES, 2004. Disponível em: <<http://www.unifap.br/ppgdapp/biblioteca/Glossario.pdf>>. Acesso em 10 nov. 2007.

PAIXÃO, Rita Márcia Monteiro. **A máquina que mói a cana mói a vida**: estudo de caso da prática profissional desenvolvida pelo Serviço Social junto aos operários de uma indústria sucro-alcooleira de Campos dos Goitacases - RJ. 1993. 141f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontífica Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1993.

PINHO, Diva Benevides. **Quadros**. Disponível em: <http://www.divabenevidespinho.ecn.br/novo2/quadros.asp?palavra=&selecione_cidade=&gategoria=&Pagenumber=25>. Acesso em: 25 ago. 2007.

PRADO, Hélio. **Pedologia fácil**: curiosidades pedológicas. Disponível em: <<http://www.pedologiafacil.com.br/enq15.php>>. Acesso em: 25 out. 2007.

RAFFAINI FILHO, Hercilio. **Família e trabalho**: análise das relações familiares de trabalhadores rurais de Altinópolis - SP. 2000. 98f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2000.

RAMÃO, Fernanda Pamplona; SCHNEIDER, Iara Elisa; SHIKIDA, Pery Francisco Assis. Padrão tecnológico no corte de cana-de-açúcar: um estudo de caso no Estado do Paraná. **Revista de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 54, p. 21-32, 2007.

RIBEIRO, Valéria. Barrinha: em busca de uma nova realidade. **Agronegócio**, Ribeirão Preto, n. 44, p. 4, out. 2004.

ROMANELLI, Geraldo; BEZERRA, Neuza Maria de Almeida. Estratégias de Sobrevivência em Famílias de Trabalhadores Rurais. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 9, n. 16, p. 77-87, jun. 1999.

SCANIA apresenta caminhão canavieiro na SIMTEC. Disponível em: <<http://www.scania.com.br/>>. Acesso em: 25 out. 2007.

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE. **Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental**. Disponível em: <http://www.cetesb.sp.gov.br/licenciamentoo/legislacao/estadual/leis/2002_Lei_Est_11241.pdf>. Acesso em: 28 set. 2007.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SEVERINO, Carlos. **ONU investiga causa de mortes nos canaviais do Interior do estado**. Disponível em <<http://www.contag.org.br/Clipping/26-10-2005.html>>. Acesso em: 17 nov. 2005.

SILVA, Aldenor Gomes da. Atividades não-agrícolas no rural potiguar: uma "nova" opção de emprego no campo. In: CONGRESSO DA SOBER, 36., 1998, Poços de Calda. **Anais....** Poços de Caldas: SOBER, 1998. v. 2. p. 603-616.

SILVA, José Graziano da. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 43-81, maio 1997.

_____.; DEL GROSSI, Mauro. A evolução do emprego não-agrícola no meio rural brasileiro. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 25, n.3, p.105-126, dez. 1997.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. A cidade dos bóias-frias. **Travessia**, São Paulo, ano 6, n. 15, jan. / abr. 1993.

_____. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundunesp, Prismas, 1999.

_____. Reestruturação produtiva e os impactos sobre os migrantes. In: GIARRACA, Norma (Coord.). **Una nueva ruralidad en America Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2001. v. 1.

_____.; WENSKO, Amauri Alves. Trabalhadores rurais em luta pelos direitos. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS/GT, 27., 2003, Caxambu. **Anais....** Caxambu: ANPOCS, 2003. 26 p.

SILVEIRA, Ubaldo. **Igreja e conflito agrário**: a Comissão Pastoral da Terra na região de Ribeirão Preto. Franca: FHDSS/Unesp, 1998.

_____. **Reforma agrária**: a esperança dos "sem-terra". Franca: FHDSS/Unesp, 2003.

SOCIEDADE PAULISTA DE PNEUMOLOGIA E TISIOLOGIA. **Queima da cana-de-açúcar é responsável por doenças respiratórias em crianças e idosos**. Disponível em: <http://www.sppt.org.br/v2/noticia_completa.php?id_noticia=108>. Acesso em: 25 out. 2007.

SOUSA, Luís de. **De doce a combustível**: a milenar história da cana-de-açúcar. maio 2007. Disponível em: <<http://odiario.info/articulo.php?p=296&more=1&c=1>>. Acesso em: 25 out. 2007.

SOUZA, Ana Daniela de. **Arte e cidadania: o fazer da arte no cotidiano das classes populares de Ribeirão Preto – SP.** Franca, 2002.

TERCI, Eliana Tadeu; PERES, Maria Thereza Miguel. **Os impactos da expansão canavieira-açucareira no mercado de trabalho de Piracicaba.** Disponível em: <www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_58.pdf>. Acesso em: 10 out. 2007.

TOLEDO, Marcelo. Tecnologia faz bóia-fria trabalhar mais. **Folha Online**, São Paulo, 18 set. 2005. Dinheiro. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1809200515.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2006.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Centro de Divulgação Científica e Cultural. **Programa Educ@r: Barrinha.** Disponível em: <<http://educar.sc.usp.br/biologia/cp/Barrinha/pagina1.htm>>. Acesso em: 14 jan. 2006a.

_____. Centro de Divulgação Científica e Cultural. **Programa Educ@r: histórico da cidade de Barrinha.** Disponível em: <<http://educar.sc.usp.br/biologia/cp/Barrinha/histbarr.htm>>. Acesso em: 14 jan. 2006b.

VEGRO, Celso Luis Rodrigues; FERREIRA, Celia Regina Roncato Penteado Tavares. **A força de volta ao campo.** Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=9047>> Acesso em: 28 set. 2007.

VEIGA FILHO, Alceu de Arruda. Análise da mecanização do corte da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 24, n.10, p. 44-59, out. 1994.

_____. et al. Ocupação e emprego no setor sucroalcooleiro paulista. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 41. 2003, Juiz de Fora. **Anais....** Brasília, DF: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2003. 1 CD-ROM.

_____. **Estudo do processo de mecanização do corte na cana-de-açúcar: o caso do estado de São Paulo, Brasil.** Disponível em: <http://www.nuca.ie.ufrj.br/infosucro/biblioteca/agricultura/filho_estudo.rtf>. Acesso em: jun. 2007.

VIAN, Carlos Eduardo de Freitas et al. Novas tecnologias e saúde do trabalhador: a mecanização do corte da cana-de-açúcar. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 147-162, jan./mar.1999.

VICENTE, Maria Carlota Meloni. **Valor da produção e mercado de trabalho na agricultura paulista, 1995-2002.** Mercado. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=633>>. Acesso em: 13 maio 2003.

APÊNDICES

APÊNDICE A - SUJEITOS ENTREVISTADOS

JOÃO - 48 anos, amasiado, cortador de cana, duas uniões, dois filhos da segunda união. Reside em casa própria inacabada, de três cômodos, num terreno em que foram construídas mais quatro pequenas residências onde moram: 1. Seu pai. 2. Sua mãe (separada do pai) e um irmão solteiro. 3. Um irmão solteiro. 4. Um irmão casado, a esposa e quatro filhos do casal. O bairro onde se localiza sua residência é asfaltado.

ANA - 28 anos, amasiada com cortador de cana, dona-de-casa, ex-cortadora de cana, duas uniões, cinco filhos da primeira união. O bairro onde reside fica praticamente às margens do Rio Mogi Guacu e ainda não foi asfaltado.

JOSÉ - 37 anos, amasiado, cortador de cana, duas uniões, quatro filhos da primeira união. O bairro onde reside fica praticamente às margens do Rio Mogi Guaçu e ainda não foi asfaltado.

MARCOS - ex-trabalhador rural, ex-vereador, representante de classe, representante da administração do município.

ANTÔNIO - trabalhador rural aposentado por invalidez, representante de classe.

PEDRO - ex-prefeito e representante da administração do município.

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO

_____, ____ de _____ 2007.

Eu, _____,
RG nº _____ autorizo a gravação de minha
entrevista com a finalidade de colaborar com a pesquisa de campo intitulada **“OS
CORTADORES DE CANA DE BARRINHA / SP: ESTRATÉGIAS DE
SOBREVIVÊNCIA, RENDA E ASCENSÃO SOCIAL”** de Fabiana Alexandre Ferreira
Nicolini, RG nº 24490809-6, aluna regularmente matriculada no curso de mestrado
SERVIÇO SOCIAL pela Faculdade de História, Direito e Serviço Social da
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Franca, sob orientação do
Prof. Dr. Ubaldo Silveira.

Estou ciente de que este material será ouvido pela referida aluna e seu
orientador, que serão utilizados trechos de minha entrevista no trabalho mencionado
acima, mas que será mantido sigilo sobre a minha identificação.

ANEXOS

ANEXO A - A CIDADE DE BARRINHA SP

1. ASPECTOS FÍSICOS

ÁREA:	144 Km ²
LOCALIZAÇÃO:	Nordeste do Estado de São Paulo
LIMITES:	Norte – Sertãozinho Sul – Pradópolis Leste – Dumont Oeste – Jaboticabal
DISTÂNCIA DA CAPITAL:	360 km
ALTITUDE:	492 m
CLIMA:	Quente e seco
LATITUDE:	21º, 11', 37"
LONGITUDE:	48º, 9', 50"
TEMPERATURA:	25º a 27º
HIDROGRAFIA:	Rio Mogi-Guaçu
POPULAÇÃO:	21.905 habitantes
DATA DE FUNDAÇÃO:	30/12/53

2. SISTEMA ECONÔMICO E ATIVIDADES PRODUTIVAS

ECONOMIA PREDOMINANTE:	Lavoura canavieira e pequeno comércio.
AGRICULTURA:	Principais culturas: cana-de-açúcar, amendoim, e algodão (estas últimas sazonais)
RIQUEZAS NATURAIS:	Areia e barro para cerâmica.

COMÉRCIO E ESTABELECIMENTOS (números aproximados):

Restaurantes	04	Bares	50
Hotéis	01	Quitandas	08
Açougues	12	Sorveterias	05
Armazéns	22	Supermercados	07
Empórios	15	Panificadoras	05
Lanchonetes	08	Lojas	15
Postos de Gasolina	03	Porto de Areia	01

2.1 REPARTIÇÕES PÚBLICAS:

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ETC

Companhia Paulista de Força e Luz

2.2 ORGANIZAÇÕES

Associação Comercial e Industrial de Barrinha - ACIB

2.3 OUTROS ESTABELECIMENTOS:

Bradesco S/A

Banespa S/A

Nossa Caixa - Nosso Banco S/S

2.4 TRABALHO

A maioria da população de ambos os sexos, na faixa etária de 17 a 50 anos, exerce função remunerada, no trabalho da zona rural, na lavoura da cana-de-açúcar obtendo nível salarial de 03 salários mínimos durante a safra que vai de abril a outubro. 20% das mulheres prestam serviços como empregadas domésticas em Ribeirão Preto, por estar próximo a Barrinha.

3. SISTEMA DE EDUCAÇÃO

3.1 ESCOLAS ESTADUAIS

EEPSG "Prof. José Luiz de Siqueira"	EEPG "Dr. Paulo da Silva Prado"
EEPG "Prof. Darvy Mascaro"	EEPG "Luiz Marcari"

3.2 ESCOLAS MUNICIPAIS

EMEF. "Armínio Giraldi"	
-------------------------	--

3.3 EDUCAÇÃO DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

CAEME - Centro de Atendimento Educacional Para Menor Especial - desenvolve atividades psico-pedagógicas com 60 (sessenta) crianças, na faixa etária de 03 a 33 anos, permanecendo na entidade meio período. O transporte é de responsabilidade da entidade. Os pais foram orientados para solicitarem o benefício de prestação continuada, os quais 50% foram beneficiados.

3.4 SISTEMA DE CULTURA

01 Biblioteca Pública Municipal (Amaral Furlan)

Festas comemorativas:

Carnaval e Páscoa

Maio - Dia do Trabalho e Dia das Mães

Junho – Festas Juninas e Dia do Padroeiro da Cidade (24 – São João)

Agosto – Festa do Peão de Rodeio

Setembro – Baile da Primavera da 3ª idade e independência do Brasil

Outubro – Dia da Criança – Festa das Nações / Expo-Barrinha

Novembro – Dia da Bandeira

Dezembro – Aniversário da cidade (30) e Confraternização de Natal

3.5 SISTEMA DE LAZER

01 campo de futebol oficial – Estádio Municipal "Atílio Balbo Filho"

01 área de lazer coberta para jogos de vôlei, futebol de salão e jogos de malha

01 Praça Pública

Jardim Japonês (típico)

Praça da Bíblia

Parque Infantil "Josana Carla"

3.6 MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Telégrafo – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT

Veículo da Municipalidade – para divulgação sonora de anúncios considerados de utilidade pública

Rede de telefonia celular e convencional – TELESP

4. SISTEMA DE SAÚDE

4.1 NÚMERO DE UNIDADES

MUNICIPAL	
02 Centros de saúde	01 Pronto-Socorro Municipal
01 Farmácia	01 Centro Odontológico

MUNICIPAL	
01 Consultório de Fisioterapia	01 Laboratório de Análises Clínicas
01 Equipamento de Raio X	

PARTICULAR	
08 Farmácias	06 Consultórios Dentários
04 Consultórios Médicos	02 Laboratórios de Análises Clínicas
01 Hospital (Fleming)	01 Filial da UNIMED

4.2 Pronto-Socorro MUNICIPAL

Funciona com atendimento de emergência primárias, tendo como referência secundária e terciária a cidade de Ribeirão Preto.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	
01 ônibus para transporte de pacientes	02 ambulâncias
Transporte de pacientes para os postos de referências em Ribeirão Preto	Atendimento básico (suturas, aplicações medicamentosas, aerossol e curativos).
Consultas médicas de urgência	

4.3 NO CENTRO DE SAÚDE MUNICIPAL

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	
Consultas médicas	Atendimento de enfermagem
Aplicações de tratamentos	Curativos
Imunização	Coleta Municipal para Exame (I.A.L.).
Trabalho educativo com grupo de gestantes	Saneamento

4.4 UNIDADE DE SAÚDE MENTAL

A unidade conta com 372 pessoas matriculadas, as quais realizam tratamento com Psiquiatra, Psiquiatra infantil. Psicólogos, recebendo orientações e acompanhamento da Assistente Social.

4.5 CENTRO ODONTOLÓGICO

Consultas odontológicas.

Prevenção, tratamento e extrações.

Trailers nos bairros para orientação e prevenção.

5. SISTEMA DE TRANSPORTE

5.1 RODOVIAS QUE SERVEM O MUNICÍPIO:

SP-333 - Rodovia "Carlos Tonanni": liga Barrinha aos municípios de Jaboticabal, Sertãozinho e Ribeirão Preto.

Estrada Vicinal "Said Ahmed Saleh": liga Barrinha ao município de Pradópolis.

5.2 MEIOS DE TRANSPORTE

Rodoviários: Viações São Bento, Rápido D'Oeste e Expresso Itamarati

Ferrovário: Ferrovia Paulista S/A - FEPASA

6. SISTEMA DE SANEAMENTO E HABITAÇÕES

6.1 O MUNICÍPIO É DIVIDIDO PELOS SEGUINTE BAIROS:

Centro	Jardim Paulista
Vila Recreio	Vila São José
Vila Nova Barrinha	Jardim Higienópolis
Parque Mogi	Conjunto Habitacional "Jardim José Bombonato I e II"
C.D.H.U.	Jardim Vera Lúcia (em fase de Implantação).

6.2 CONDIÇÕES DAS HABITAÇÕES

70% da população possui casa própria e o restante da população paga aluguel.

Existem muitas moradias coletivas devido ao fluxo de migrantes para o trabalho na lavoura de cana-de-açúcar na época da safra.

7. SISTEMA SOCIAL

7.1 ATENDIMENTO OFERECIDO PELA PREFEITURA MUNICIPAL

Departamento de Promoção e Assistência Social.

7.2 ENTIDADES FILANTRÓPICAS:

Asilo São Vicente de Paulo – Casa do Menor – Albergue Noturno "Dr. Plínio Baia".

7.3 ATIVIDADES RECREATIVAS APROVEITADAS PELA POPULAÇÃO.

Pescarias: no Rio Mogi-Guaçu, em Pesque-Pagues e na Lagoa Artificial do Conjunto Habitacional "Jose Bombonato".

Futebol.

Jogos de baralho e malhas.

7.4 OUTROS:

Loja Maçônica	Rotary Club
Albergue Noturno "Dr. Plínio Baia"	Despensa e Artesanato Vivcentino

8. SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA.

8.1 POLÍCIA MILITAR

RECURSOS HUMANOS	
01 Tenente	02 Cabos
13 Policiais	
RECURSOS MATERIAIS	
02 Viaturas	01 Rádio de Comunicação

8.2 POLÍCIA CIVIL

RECURSOS HUMANOS	
01 Delegado de Polícia	02 Investigadores
03 Escrivães	02 Escriturários
01 Auxiliar de Serviços	
RECURSOS MATERIAIS	
02 Viaturas	

I – INTRODUÇÃO

O objetivo do Departamento de Assistência Social em parceria com o Fundo Social de Solidariedade, é atuar com crianças, adolescentes, famílias, idosos e portadores de deficiências, garantindo-lhes programas sócio-educativos e ações comunitárias, oferecendo atendimento globalizado às famílias, desenvolvendo projetos que visam integração do grupo familiar ao meio social, através de ações participativas e transformadora fortalecendo as condições voltadas ao auto-desenvolvimento econômico e social.

A consecução deste trabalho se efetivará após análise do Município e conseqüentemente a sensibilização, motivação e organização da comunidade, assegurando um trabalho em nível promocional.

II - OBJETIVO

2.1 GERAL

Estabelecer diretrizes cuja política globalizada correspondam as ações que signifiquem respostas às necessidades dos diversos segmentos da população.

2.2 ESPECÍFICO

Promover relações familiares e comunitárias, bem como melhoria da qualidade de vida.

Promover palestras, lazer e esporte.

Articular com equipe multi-profissional, estudos e intercâmbio de experiências, visando integração de recursos.

Desenvolver e implementar a Política Social no Município

Desenvolver cursos profissionalizantes e de iniciação ao trabalho, visando geração de renda.

III - PROGRAMA

3.1 PLANTÃO SOCIAL:

De acordo com a necessidade dos usuários que procuram o plantão, são oferecidos os seguintes recursos:

Triagem social e parecer técnico	Cesta básica
Medicamento	Transporte (passe, condução e outros)
Vestuário	Providências para documentos
Solicitação de prótese	Contatos telefônicos
Migrantes, itinerantes	Leite para crianças até 02 anos
Visita domiciliar	Estudo e acompanhamento de caso
Óculos	Cadeiras de rodas
Colchão d'água	

3.2 PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS

O Grupo "Amor Exigente" e reúne às 3ª e 5ª feiras com usuários e familiares, objetivando prevenir o uso indevido de drogas. Contamos com fazenda no Município de Sertãozinho, mantida pelo Grupo "Amor Exigente", o qual oferece tratamento aos dependentes, quando encaminhados por nossa equipe de Saúde Mental, após participarem 04 reuniões do grupo.

3.3 I.A.F.A.M.

Instituto de Assunto da Família, repasse de verba em parceria com a Prefeitura Municipal, beneficiando 15 famílias, as quais selecionadas pelo Serviço Social, através de estudo sócio-econômico.

São realizadas reuniões mensais com as famílias, visando acompanhamento técnico para que as famílias transformem o recurso em geração de renda.

3.4 GRUPO DA TERCEIRA IDADE

Contamos com o grupo formado por 130 pessoas com idade acima de 55 anos, as quais se reúnem 03 vezes por semana:

4ª feiras - para conversar assuntos de interesse comum.

6ª feiras - palestra com bióloga de SESI, para falar sobre saúde.

Sábado: dançam no Centro Comunitário, viajam para outras cidades da região, e também recebem grupos de outras cidades.

Participam de todos eventos que são promovidos na cidade.

3.5 ASSESSORIA E APOIO ÀS ESCOLAS

No caso da criança apresentar problemas escolares em relação a baixo rendimento e de indisciplina, o Diretor solicita atuação da Assistente Social a qual realiza estudo social através de:

Visita domiciliar	Estudo e análise de casos
Orientações à família	Encaminhamento a outros profissionais
Parecer técnico	

3.6 CRIAÇÃO DE CONSELHOS

Articulações e coordenação dos mesmos. Já foram criados:

Conselho Municipal de Assistência Social

Conselho Municipal do Fundo de Assistência Social

Conselho Municipal do Idoso

Conselho Municipal da Educação

Conselho Municipal da Saúde

Conselho da Assistência Social (LOAS)

3.7 CURSOS DE INICIAÇÃO AO TRABALHO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL, JÁ EXISTENTES:

Corte e costura (SESI)	Arte e culinária (SESI)
Pintura em tecido (SESI)	Vagonite
Confecção de boneca de lã	Pintura em papel vegetal
Pintura em tecido (agente multiplicador)	Manicure e pedicure

Fonte: adaptado de: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Centro de Divulgação Científica e Cultural. **Programa Educ@r:** Barrinha. Disponível em: <<http://educar.sc.usp.br/biologia/cp/Barrinha/pagina1.htm>>.

ANEXO B - LEI ESTADUAL Nº 11.241, DE 19 DE SETEMBRO DE 2002

Dispõe sobre a eliminação gradativa da queima da palha da cana-de-açúcar e dá providências correlatas.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Esta lei dispõe sobre a eliminação do uso do fogo como método despalhador e facilitador do corte da cana-de-açúcar.

Artigo 2º - Os plantadores de cana-de-açúcar que utilizem como método de précolheita a queima da palha são obrigados a tomar as providências necessárias para reduzir a prática, observadas as seguintes tabelas:

ANO	ÁREA MECANIZÁVEL ONDE NÃO SE PODE EFETUAR A QUEIMA	PERCENTAGEM DE ELIMINAÇÃO DA QUEIMA
<i>1º ano</i>	<i>20% da área cortada</i>	<i>20% da queima eliminada (2002)</i>
<i>5º ano</i>	<i>30% da área cortada</i>	<i>30% da queima eliminada (2006)</i>
<i>10º ano</i>	<i>50% da área cortada</i>	<i>50% da queima eliminada (2011)</i>
<i>15º ano</i>	<i>80% da área cortada</i>	<i>80% da queima eliminada (2016)</i>
<i>20º ano</i>	<i>100% da área cortada</i>	<i>Eliminação total da queima (2021)</i>

ANO	ÁREA NÃO MECANIZÁVEL COM DECLIVIDADE SUPERIOR A 12% E / OU DA QUEIMA MENOR DE 150h (cento e cinqüenta hectares)	PERCENTAGEM DE ELIMINAÇÃO ONDE NÃO SE PODE EFETUAR A QUEIMA
<i>10º ano</i>	<i>10% da área cortada</i>	<i>10% da queima eliminada (2011)</i>
<i>15º ano</i>	<i>20% da área cortada</i>	<i>20% da queima eliminada (2016)</i>
<i>20º ano</i>	<i>30% da área cortada</i>	<i>30% da queima eliminada (2021)</i>
<i>25º ano</i>	<i>50% da área cortada</i>	<i>50% da queima eliminada (2026)</i>
<i>30º ano</i>	<i>100% da área cortada</i>	<i>100% da queima eliminada (2031)</i>

§ 1º - Para os efeitos desta lei consideram-se:

1 - áreas mecanizáveis: as plantações em terrenos acima de 150 ha (cento e cinqüenta hectares), com declividade igual ou inferior a 12% (doze por cento), em solos com estruturas que permitam a adoção de técnicas usuais de mecanização da atividade de corte de cana;

2 - áreas não mecanizáveis: as plantações em terrenos com declividade superior a 12% (doze por cento), em demais áreas com estrutura de solo que inviabilizem a adoção de técnicas usuais de mecanização da atividade de corte de cana.

§ 2º - Aplica-se o disposto neste artigo às áreas de cada imóvel rural, independentemente de estar vinculado a unidade agroindustrial.

§ 3º - As áreas cultivadas em que se deixar de empregar o fogo poderão ser substituídas por outras áreas cultivadas pelo mesmo fornecedor ou pela mesma unidade agroindustrial, desde que respeitado o percentual estabelecido no "caput" deste artigo.

Artigo 3º - Os canaviais plantados a partir da data da publicação desta lei, ainda que decorrentes da expansão dos então existentes, ficarão sujeitos ao disposto no artigo 2º.

Parágrafo único - Não se considera expansão a reforma de canaviais existentes anteriormente à publicação desta lei.

Artigo 4º - Não se fará a queima da palha da cana-de-açúcar a menos de:

I - 1 (um) quilômetro do perímetro da área urbana definida por lei municipal e das reservas e áreas tradicionalmente ocupadas por indígenas;

II - 100 (cem) metros do limite das áreas de domínio de subestações de energia elétrica;

III - 50 (cinquenta) metros contados ao redor do limite de estação ecológica, de reserva biológica, de parques e demais unidades de conservação estabelecidos em atos do poder federal, estadual ou municipal e de refúgio da vida silvestre, conforme as definições da Lei federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000;

IV - 25 (vinte e cinco) metros ao redor do limite das áreas de domínio das estações de telecomunicações;

V - 15 (quinze) metros ao longo dos limites das faixas de segurança das linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica;

VI - 15 (quinze) metros ao longo do limite das áreas de domínio de ferrovias e rodovias federais e estaduais.

Parágrafo único - A partir dos limites previstos nos incisos anteriores, deverão ser preparados, ao redor da área a ser submetida ao fogo, aceiros de, no mínimo, 3 (três) metros, mantidos limpos e não cultivados, devendo a largura ser ampliada, quando as condições ambientais, incluídas as climáticas, e as condições topográficas exigirem tal ampliação.

Artigo 5º - O responsável pela queima deverá:

I - realizar a queima preferencialmente no período noturno, compreendido entre o pôr e o nascer do sol, evitando-se os períodos de temperatura mais elevada e respeitando-se as condições dos ventos predominantes no momento da operação de forma a facilitar a dispersão da fumaça e minimizar eventuais incômodos à população;

II - dar ciência formal e inequívoca aos confrontantes, por si ou por seus prepostos, da intenção de realizar a queima controlada, com o esclarecimento de que, oportunamente, a operação será confirmada com indicação de data, hora de início e local;

III - dar ciência formal, com antecedência mínima de 96 (noventa e seis) horas, da data, horário e local da queima aos lindeiros e às unidades locais da autoridade do Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais - DEPRN;

IV - quando for o caso, sinalizar adequadamente as estradas municipais e vicinais, conforme determinação do órgão responsável pela estrada;

V - manter equipes de vigilância adequadamente treinadas e equipadas para o controle da propagação do fogo, com todos os petrechos de segurança pessoal necessários;

VI - providenciar o acompanhamento de toda a operação de queima, até sua extinção, com vistas à adoção de medidas adequadas de contenção do fogo na área definida para o emprego do fogo.

Parágrafo único - É vedado o emprego do fogo, numa única operação de queima, em área contígua superior a 500 ha (quinhentos hectares), independentemente de o requerimento ter sido feito de forma individual, coletiva ou por agroindústria.

Artigo 6º - O requerimento de autorização, para cada imóvel, independentemente de estar vinculado a agroindústria, deve ser instruído nos termos do regulamento.

§ 1º - Sendo contíguos os imóveis, o requerimento de autorização pode ser instruído com uma única planta, observadas as exigências fixadas, sendo que cada imóvel deverá ser referido à respectiva matrícula ou ao documento imobiliário a que corresponder.

§ 2º - Considera-se comunicação de queima controlada de palha de cana-de-açúcar o documento subscrito pelo interessado no emprego do fogo para despalhamento da cana-de-açúcar, mediante o qual dá ciência à autoridade ambiental, ou ao órgão regional que esta determinar competente, de que cumpriu os requisitos e as exigências do artigo 4º da Lei nº 10.547, de 2 de maio de 2000, e desta lei.

§ 3º - O requerimento para a queima pode ser apresentado individualmente pelo titular do imóvel, por grupo de titulares ou por agroindústria que mantenha com o mesmo titular, ou diversos titulares, contrato de arrendamento, parceria ou outro instrumento hábil a garantir o fornecimento de cana-de-açúcar para suas atividades.

§ 4º - No caso de grupo de titulares, o documento poderá ser subscrito pela associação de fornecedores de cana-de-açúcar da região onde se insere a área objeto da queima, ficando os associados responsáveis pelo cumprimento das exigências legais e a entidade apenas pela apresentação dos documentos necessários à instrução do requerimento.

§ 5º - Excepcionado o disposto no parágrafo anterior, caso o requerimento seja feito por grupo de titulares ou por agroindústria, cabe ao interessado subscrever a comunicação de queima controlada.

§ 6º - O requerimento será instruído com procuração específica, quando efetuado por terceiro, pessoa física ou jurídica.

Artigo 7º - A autoridade ambiental determinará a suspensão da queima quando:

I - constatados e comprovados risco de vida humana, danos ambientais ou condições meteorológicas desfavoráveis;

II - a qualidade do ar atingir comprovadamente índices prejudiciais à saúde humana, constatados segundo o fixado no ordenamento legal vigente;

III - os níveis de fumaça originados da queima, comprovadamente, comprometam ou coloquem em risco as operações aeronáuticas, rodoviárias e de outros meios de transporte.

Artigo 8º - Os requerimentos para a queima devem ser protocolados até o dia 2 de abril de cada ano, na unidade do Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais - DEPRN que atender a respectiva região.

§ 1º - A autorização será expedida:

1 - no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data em que for protocolado o requerimento, salvo se houver exigência a ser cumprida, que deverá ser comunicada ao interessado por escrito, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do protocolo;

2 - no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do cumprimento da exigência a que se refere o item anterior;

3 - expirados os prazos constantes neste parágrafo, considera-se automaticamente concedida a respectiva autorização, independentemente de sua comunicação ou de qualquer outra manifestação da autoridade ao requerente.

§ 2º - O requerimento de que trata o "caput" deste artigo poderá ser enviado por meios de comunicação eletrônicos.

Artigo 9º - A Secretaria de Agricultura e Abastecimento manterá cadastro das colheitadeiras disponíveis, por tipo, capacidade, idade e outros elementos essenciais, bem como de todas as novas colheitadeiras ou equipamentos ligados à operação.

Artigo 10 - O Poder Executivo, com a participação e colaboração dos Municípios onde se localizam as agroindústrias canavieiras e dos sindicatos rurais criará programas visando:

I - à requalificação profissional dos trabalhadores, desenvolvida de forma conjunta com os respectivos sindicatos das categorias envolvidas, em estreita parceria de metas e custos;

II - à apresentação de alternativas aos impactos sócio-político-econômicos e culturais decorrentes da eliminação da queima da palha da cana-de-açúcar;

III - ao desenvolvimento de novos equipamentos que não impliquem dispensa de elevado número de trabalhadores para a colheita da cana-de-açúcar;

IV - ao aproveitamento energético da queima da palha da cana-de-açúcar, de modo a possibilitar a venda do excedente ao sistema de distribuição de energia elétrica.

Artigo 11 - A Secretaria de Agricultura e Abastecimento, através dos órgãos e dos Conselhos Municipais e Câmaras Setoriais da Cana-de-Açúcar, com a participação das demais Secretarias envolvidas, acompanhará a modernização das atividades e a avaliação dos impactos da queima sobre a competitividade e ocorrências na cadeia produtiva.

Artigo 12 - A Secretaria de Agricultura e Abastecimento, ouvida a Secretaria do Meio Ambiente, deverá autorizar, excepcionalmente, a queima da palha da cana-de-açúcar, com base em estudos técnico-científicos, como instrumento fitossanitário.

Artigo 13 - O não cumprimento do disposto nesta lei sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções e penalidades previstas na legislação.

Artigo 14 - O inciso IV e o § 1º do artigo 1º da Lei nº 10.547, de 2 de maio de 2000, passam a ter a seguinte redação:

"IV - no limite da linha que simultaneamente corresponda:

a) à área definida pela circunferência de raio igual a 6.000 (seis mil) metros, tendo como ponto de referência o centro geométrico da pista de pouso e decolagem do aeroporto público; (NR)

b) à área cuja linha perimetral é definida a partir da linha que delimita a área patrimonial do aeroporto público, dela distanciando no mínimo 2.000 (dois mil) metros, externamente, em qualquer de seus pontos. (NR)

§ 1º - Quando se tratar de aeroporto público que opere somente nas condições visuais diurnas (VFR) e a queima se realizar no período noturno compreendido entre o pôr do sol e o nascer do sol, será observado apenas o limite de que trata a alínea "b" do inciso IV." (NR)

Artigo 15 - Esta lei será regulamentada no prazo de 60 (sessenta) dias.

Artigo 16 - Esta lei e suas disposições transitórias entram em vigor na data de sua publicação, ficando revogados o § 2º do artigo 1º e os artigos 16 e 17 da Lei nº 10.547, de 2 de maio de 2000.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Artigo 1º - Os plantadores de cana-de-açúcar que não atingirem, até 31 de dezembro de 2006, o percentual estabelecido de 30% (trinta por cento) de redução da queima na área mecanizável deverão apresentar à Secretaria do Meio Ambiente, no prazo de 90 (noventa) dias daquela data, plano de adequação para elaboração do Compromisso de Ajustamento de Conduta, de modo a atender a meta estabelecida no artigo 2º desta lei, resguardados os impactos sócio-político-econômicos e ambientais.

Artigo 2º - O cumprimento dos prazos para eliminação da queima em áreas não mecanizáveis, estabelecidos no artigo 2º desta lei, fica condicionado à disponibilidade de máquinas e equipamentos convencionais que permitam o corte mecânico em condições econômicas nas áreas cultivadas com cana-de-açúcar, sem restrições de declividade superior a 12% (doze por cento) ou de estruturas de solos.

Artigo 3º - A partir de 2006, quinquenalmente, deverão os prazos constantes do artigo 2º desta lei, referentes às áreas não mecanizáveis, serem reavaliados de acordo com o desenvolvimento tecnológico que viabilize novas máquinas, para a colheita mecânica, sem descuidar do aspecto social econômico, preservando-se a competitividade da agroindústria da cana-de-açúcar paulista frente a dos demais Estados produtores.

Parágrafo único - As áreas que passarem a ser consideradas mecanizáveis em função da revisão do conceito de que trata o "caput" deste artigo deverão submeter-se ao cronograma previsto em tabela constante do artigo 2º desta lei.

Palácio dos Bandeirantes, 19 de setembro de 2002.

GERALDO ALCKMIN

Lourival Carmo Mônaco

Respondendo pelo expediente da Secretaria de Agricultura e Abastecimento

José Goldemberg

Secretário do Meio Ambiente

Rubens Lara

Secretário-Chefe da Casa Civil

Dalmo Nogueira Filho

Secretário do Governo e Gestão Estratégica

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 19 de setembro de 2002.

FONTE D.O.E.

SEÇÃO I

PÁGINA 02

DATA PUB. 20/09/02

VOLUME 112

NÚMERO 180

Fonte: SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE. **Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental.** Disponível em:

<http://www.cetesb.sp.gov.br/licenciamentoo/legislacao/estadual/leis/2002_Lei_Est_11241.pdf>. Acesso em: 21 out. 2007.